

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

As plantas no Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-Verde, de André Álvares de Almada (1594): a perspectiva etnobotânica histórica.

Teane Mundstock Jahnke

Porto Alegre

2014

Teane Mundstock Jahnke

**As plantas no Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: a perspectiva
etnobotânica histórica (1594)**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau licenciado em história.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre
2014

Teane Mundstock Jahnke

**As plantas no Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: a perspectiva
etnobotânica histórica (1594)**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau licenciado em história.

José Rivair Macedo - Orientador (UFRGS)

José Maria Wiest (UFRGS)

Marília Conforto (UCS)

Porto Alegre
2014

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo analisar as relações etnobotânicas em perspectiva histórica, no documento *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant'Anna* de Capitão André Alvares D'Almada, do ano de 1594. Para isso, a obra foi estudada a partir das metodologias da etnobotânica de Julio Hurrell e análise de documento de Jacques Le Goff. Buscou-se compreender as inter-relações entre as populações guineenses, os portugueses (europeus) e elementos da flora local, a partir do testemunho de Almada, na região da Guiné, em meados do século XVI. Foram utilizadas referências bibliográficas sobre o tema (plantas/etnobotânica) e sobre o contexto geográfico e temporal. A exposição das relações foi apresentada em duas divisões temáticas, entre os interesses comerciais e produtivos dos vegetais, e, entre o uso de plantas bioativas tóxicas e medicinais. Compreendeu-se que as plantas e sua utilização são essenciais para a história das sociedades guineenses, tendo valor em aspectos econômicos, sociais, políticos e religiosos.

Palavras-chave: Guiné, etnobotânica, alimentos africanos, plantas bioativas, têxteis africanos.

ABSTRACT

This study aims to analyze, in a historical perspective, the ethnobotanical relationships described in the document “*Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna*”, written by Captain André Alvares de Almada, in 1594. The document was investigated using the methodologies of ethnobotanical studies by Julio Hurrell and document analysis by Jacques Le Goff. We attempted to understand the interrelationships among the guinean populations, portuguese (european) and elements of the local flora, based on the testimony of Almada, in the region of Guinea, in the mid-sixteenth century. References on the theme (plants/ethnobotanical) and the geographical and temporal context were used. The exposure of ethnobotanical and social relationships were presented in two thematic divisions: the plants with commercial and production interests and the use of toxic and bioactive medicinal plants. It was understood that plants and their use are essential to the history of societies, having economic, social, political and religious value.

Keywords : Guinea, ethnobotany , African foods , bioactive plants , African textiles

SUMÁRIO

RESUMO.....	2
ABSTRACT	4
RELAÇÃO DAS TABELAS - ANEXOS	6
1. ETNOBOTÂNICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	9
<i>1.1 ANÁLISES DO DOCUMENTO</i>	<i>9</i>
<i>1.2 A ETNOBOTÂNICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....</i>	<i>14</i>
<i>1.3 SABERES ENDÓGENOS E ETNOBOTÂNICA</i>	<i>16</i>
2. AS PLANTAS E OS INTERESSES COMERCIAIS E PRODUTIVOS.....	19
<i>2.1 ALIMENTOS.....</i>	<i>20</i>
<i>2.2 TECIDOS E PIGMENTOS.....</i>	<i>27</i>
3. AS PLANTAS BIOATIVAS.....	31
<i>3.1 PLANTAS BIOATIVAS TÓXICAS.....</i>	<i>31</i>
<i>3.2 PLANTAS BIOATIVAS MEDICINAIS.....</i>	<i>37</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
<i>Fonte Primária</i>	<i>44</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>44</i>
ANEXOS	51

RELAÇÃO DAS TABELAS - ANEXOS

	Página
1. Tabela I: Relação de plantas com potencial alimentício e comercial.	50
2. Tabela II: Relação de plantas com potencial têxtil, tintorial e comercial.	52
3. Tabela III: Relação de plantas bioativas tóxicas e suas formas de uso.	53
4. Tabela IV: Relação de plantas bioativas medicinais e seus utilizadores.	54

INTRODUÇÃO

“Na realidade, tanto a religião ocidental como a ciência ocidental fizeram de tudo para afirmar que a natureza não é a história, mas apenas o cenário, que ver a natureza como sagrada é um sacrilégio.”

Carl Sagan

Este trabalho buscou compreender, através do documento *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde: desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant’Anna*, o uso de plantas bioativas, através de uma perspectiva teórica etnobotânica, pelas populações negro-africanas descritas pelo autor do documento, Capitão André Alvares de Almada, no ano de 1594. A versão utilizada do documento é a publicação de Diogo Köpke, de 1841.

Esta narrativa foi dedicada aos governadores do Reino de Portugal como uma forma de “propaganda” dos espaços e povos que viviam nos atuais Cabo Verde, Guiné-Bissau e Serra Leoa. Por se tratar de um relato oficial, enfatiza os interesses das autoridades da metrópole. Apesar disso, fornece diversos aspectos das populações locais, suas características, usos e costumes a partir do testemunho do autor.

Sendo assim, para análise do documento se pautou o conceito de etnobotânica - área científica que estuda as inter-relações entre o ser humano e as plantas. A partir da leitura pretendeu-se perceber as formas de uso das plantas bioativas pelas populações descritas por Almada. O enfoque teórico assumiu, portanto, a etnobotânica a partir de documento histórico. Neste sentido, o estudo da etnobotânica adquiriu um novo âmbito de estudo a partir de um documento, isto é, o estudo do documento trará o conceito de história botânica ao universo da historiografia.

No primeiro capítulo, buscou-se compreender a obra, seu autor e sua conjuntura histórica, a partir do conceitual teórico de Jacques Le Goff (1990), como forma essencial para a análise específica dos usos e relações que as populações africanas citadas na obra tem com as plantas. Também buscou-se compreender o conceito e a disciplina da etnobotânica, de maneira que e adapte na visão e metodologia de pesquisa histórica.

No segundo e no terceiro capítulos procurou-se identificar as formas de uso, nomes científicos e propriedades químicas das plantas citadas por Almada e buscou-se relacionar os usos da flora como características específicas dos saberes tradicionais e as vivências das populações guineenses. Para a verificação e confirmação dos nomes científicos prováveis das espécies de plantas usaram-se os livros, *Medicinal Plants in Tropical West Africa*, de Bep

Oliver-Bever (1986) e *African Ethnobotany – Poisons and Drugs: Chemistry, Pharmacology, Toxicology*, de Hans Dieter Neuwinger (1996). Para melhor compreender estes saberes, usaram-se diversos trabalhos acadêmicos que tratam do *Tratado Breve*, contextos geográficos e temporal próximos à obra e assuntos que se assemelham ao tema de etnobotânica para a região.

No segundo capítulo trabalhou-se o tema de plantas que atuam no interesse comercial e produtivo da Coroa Portuguesa e seus agentes a partir da visão de Almada. Foram identificados alguns alimentos e plantas têxteis e tintoriais, sua produção e processamentos, as formas com que as sociedades guineenses atuavam sobre essas plantas e o porquê de seu interesse para os europeus.

No terceiro capítulo, o alvo foram as plantas bioativas, as quais teriam efeitos tóxicos e/ou medicinais para os humanos e as formas com que estas eram vistas, usadas, processadas e ritualizadas pelas populações guineenses da época. Além disso, procurou-se relacionar os usos de plantas bioativas com aspectos específicos daquelas populações. Dentre elas, pretendeu-se demonstrar que o uso de plantas bioativas com propriedade medicinais estão amplamente ligadas com saberes endógenos, crenças religiosas e cultos próprios. Também, buscou-se relacionar o uso de plantas bioativas tóxicas como forma de melhoramento de armas para caça, guerra e defesa, além de também participarem dos rituais próprios. Estas características seriam complementares para compreender os contextos culturais destas populações e também as relações entre africanos e portugueses.

Assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar que, ao compreendermos as relações etnobotânicas, é possível relacionar vários aspectos socioculturais das populações africanas. Neste sentido, espera-se demonstrar que o uso das plantas, confirmado pela fonte histórica, é um aspecto essencial de sua identidade cultural.

1. ETNOBOTÂNICA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os estudos realizados neste trabalho se diferenciam ao pensar um conceito não usual das teorias e metodologias históricas, necessitando, portanto, de buscas conceituais e abordagens diferenciadas. Ao analisar o *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-verde* procurou-se pensar este estudo através de perspectivas conceituais, teóricas e metodologias abertas por Jacques Le Goff, no capítulo *documento/monumento*, desenvolvidas no livro *História e memória* (1990).

Na questão específica deste estudo, ao tratar dos modos pelos quais as populações africanas da costa atlântica lidam, usam, atuam e convivem com a flora local, buscou-se um conceito utilizado em estudos tanto da antropologia quanto da botânica: a Etnobotânica. Para trabalhar o referencial teórico e as metodologias relacionadas à etnobotânica seguiu-se o pensamento de Julio Hurrell, no seu artigo *Las posibilidades de La etnobotánica y un nuevo enfoque a partir de La ecología y su propuesta cibernética* (1987), em que discute sobre os usos da etnobotânica e as diversas formas com que ela pode ser abordada, possibilitando, portanto, abranger esta perspectiva também para os estudos históricos.

Além disso, para melhor compreensão do tema, alguns conceitos são de importância significativa. Estes conceitos diferenciados possibilitam um estudo de relativa originalidade, no sentido de que há poucos estudos de etnobotânica em perspectiva histórica. De fato, há poucos trabalhos que busquem este assunto em documentos históricos como forma de melhor compreender, a partir de uma visão historiográfica, as populações guineenses no início (e possivelmente antes) das chegadas das populações europeias, seus contatos, influências e hegemonia nestes territórios africanos.

1.1 ANÁLISES DO DOCUMENTO

Em sua análise do *Documento/Monumento*, Le Goff (1990) reflete sobre os materiais que a memória coletiva e a História usam. Estes materiais, documentos e monumentos, não são apenas aquilo que sobrevive do que existiu no passado, mas resultam de uma escolha daqueles que operaram no desenvolvimento do mundo e daqueles que buscam o passado como ciência, o historiador.

O documento escrito assumiu valor de prova no final do século XIX e meados do XX, ganhando papel fundamental na teoria positivista da história – seria a prova histórica. Ao

analisar as transformações do documento histórico, Le Goff afirma que na teoria positivista a concepção sobre o documento escrito é aquela na qual o historiador teria como única habilidade de tirar dele tudo o que ele contém, sem acrescentar ou omitir nada. Esta visão permaneceu indispensável até a revolução documental ocorrida no século XX que modificou, ampliou e enriqueceu a noção de documento.

Os fundadores da *École des Annales* foram pioneiros de uma *história nova* e ampliaram essa noção do documento. Estes pensaram os processos históricos de maneira mais ampla, a partir de múltiplos olhares. A história deveria compreender as diversas formas de como uma sociedade pode falar através de si mesma, de seus índices econômicos e relações de poder, dos silêncios e discursos, dos aspectos culturais, arquitetura, etc. Todas estas formas, portanto, passam a se tornar objeto de análise dos historiadores.

Le Goff também demonstra como nasce a *história quantitativa*, em que uma confluência da revolução tecnológica com a documental traz novas formas de ver o documento. Este não é mais somente analisado por si mesmo, mas pode ser comparado e complementado com outros diversos documentos, além de a computação permitir outras tantas possibilidades de dados econômicos e estatísticos.

A partir dessa evolução da concepção do documento, Le Goff passa a demonstrar como o historiador deve analisá-lo. Neste sentido o presente trabalho utiliza estas concepções como referencial teórico. A problematização do documento deve contar com auxílio das mais diversas formas de análise e campos de conhecimento. O documento poderá ser estudado em várias perspectivas: social, econômica, cultural, política, religiosa, jurídica e, sobretudo, enquanto instrumento de poder.

Conforme este autor, o historiador deve problematizar o documento e a sua produção com um olhar lúcido: deve buscar perceber as presenças e ausências do documento e que estas dependem de causas humanas. Também será necessária constante crítica interna das intencionalidades conscientes e não conscientes do documento trabalhado, suas condições de produção e as relações de poder estabelecidas nas conjunturas históricas próprias do documento e seu(s) autor(es). Além disso, o próprio historiador deve estar ciente de que sua análise, por mais que se intente, nunca será completamente neutra. Escolher determinado assunto ou dado entre tantos outros equivale a atribuir-lhes valor de testemunho a partir das próprias conjunturas históricas e sociais do seu autor e de seus interesses e posições político-ideológicas.

Na cópia do *Tratado breve dos Rios de Guiné* editada por Diogo Köpke em 1841, constam informações biográficas sobre André Alvares de Almada¹. O editor afirma ter mantido a nomenclaturas geográficas do fim do século XVI, utilizando-se de mapas específicos para compreender as regiões; o mesmo sobre questões gramaticais e ortográficas - somente teria modernizado algumas palavras, mas que manteve a exatidão da obra. Portanto, Köpke preocupou-se em manter distintas suas mudanças e intervenções na obra, dando-nos certas garantias sobre a originalidade e validade histórica.

A narrativa teve como principal objetivo demonstrar as riquezas, belezas e o exotismo da região descrita, numa espécie de propaganda dedicada aos governadores do Reino de Portugal. Como afirma Fernandes (2006), ao final do século XVI, a África deixou de ser a idealização de um paraíso terrestre ou terra prometida e que com Almada passou “[...] a ser explorada por novos ocupantes, de forma estratégica” (FERNANDES, 2006, p. 1). Assim, a obra pretendia incentivar investimentos coloniais e comerciais na região, favorecendo os portugueses e descendentes que ali residiam.

Trata-se, portanto, de um relato oficial, com objetivos específicos e com um olhar externo sobre o ambiente e as populações que vivem e convivem no local descrito. O documento trata apenas daquilo que se quer mostrar, condicionado por um olhar externo e que acaba limitando este olhar. Conforme José Horta (1995), os textos europeus limitam-se a fornecer representações dos povos africanos. Aquilo que é descrito é feito a partir de categorias mentais daqueles que observam, sendo uma representação, uma tradução mental de uma realidade exterior feita para aqueles que não a viram. Neste ato de retratar, os informantes decodificam aquilo que observam para o seu leitor – utilizando códigos culturais próprios, classificando sempre em comparação às suas próprias matrizes culturais e utilizando conceitos propriamente europeus. Assim, aquilo que se resgata sobre os conhecimentos africanos produzidos por olhares europeus, sempre precisará ser analisado a partir dos limites culturais do observador.

Desta forma, atentos a estes filtros culturais, é possível ver os etnocentrismos, os preconceitos, o pensamento religioso próprio e as chaves de leitura presentes na obra de Almada. Entretanto, mesmo ao enfatizar os interesses da metrópole, são perceptíveis diversas características sócio-culturais das populações africanas. Estas, por sua importância

¹KÖPKE, Diogo. Introdução. In: ALMADA, André Alvares de. **Tratado breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde: Desde o Rio de Sanagá até aos baixos de Sant'Anna**. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841, p. I à V.

determinante, acabam transparecendo no discurso, possibilitando que o olhar histórico possa obter informações valiosas.

Neste sentido, é importante esclarecer os limites de Almada em relação aos ambientes a que teve acesso e tratados em seu relato. Primeiramente, toda sua viagem de exploração ocorreu pelos rios da região, mostrando e descrevendo apenas características das margens destes. Não houve, por parte de Almada, conhecimento mais profundo da região, a não ser próximo ao leito dos rios. Outras informações que ele dispunha foram provavelmente aprendidas com os contatos e histórias de outros indivíduos que lá estiveram, ou recolhida de depoimento de pessoas provenientes da própria Guiné.

Almada teve a oportunidade e o interesse de divulgar a região por ser nativo dela. Filho de português e de uma ‘mulata’, já pertencia à região, por mais que se considerasse português. Mas sempre manteve o mesmo olhar distante, curioso e externo sobre tais ambientes.

Assim como é exposto por Köpke, Almada teria nascido e morado na cidade de Santiago de Cabo-Verde e por curiosidade teria penetrado o continente. Conforme Saive(2012) As ilhas de Cabo Verde estariam incluídas no conhecimento geográfico português a partir do ano de 1456. Usadas eventualmente por pescadores senegaleses, normalmente sem ocupação humana, foram, em 1460, reivindicadas por Portugal. A partir daí, paulatinamente, comerciantes portugueses começaram a se estabelecer nas áreas mais férteis das ilhas, utilizando também mão-de-obra escrava no cultivo agrícola.

Conforme Delgado (2012), André Álvares de Almada nasceu em 1555, seu pai, Cipriano Álvares de Almada, foi personalidade importante da comunidade e sua mãe teria sidoparda. Mesmo sendo mulato, Almada alcançou cargo de capitão de sua cidade, tendo cargo legítimo e apoiado pelos moradores locais.

Portugal vinha, desde o século XV, expandindo seu império, ‘descobrimo’ e explorando novos territórios. A costa atlântica da África foi um dos locais logo alcançados, permitindo, portanto, que indivíduos como Almada tivessem certa determinação sobre estas regiões costeiras e possibilitando ‘adentramentos’ no continente. Conforme Bethencourt (*apud* Saive, 2012, p. 15),é a partir de 1470 que os portugueses passam a explorar o golfo da Guiné por viagens comerciais, as quais terão seu auge na década de 1480 com Diogo Cão (o qual descobriu o rio Zaire) e com Bartolomeu Dias (o qual ultrapassou o Cabo da Boa Esperança). Assim, em meio século, os portugueses obtiveram um conhecimento geográfico, humano e econômico considerável sobre toda a costa ocidental da África.

É interessante perceber que a composição do *Tratado Breve* ocorreu no momento em que já ocorria o período chamado “União Ibérica” (1580-1640). Neste período, os interesses da Coroa, governada por um rei de origem espanhola, Felipe II, eram voltados a diversas questões sobre o tratado de Tordesilhas e o continente americano, desvalorizando os interesses propriamente portugueses e suas outras áreas de colonização, como a costa guineense da África. De acordo com Saive, a dominação castelhana provocou a penetração de outras nações europeias no Império Português do ultramar: “depois de 1640 os portugueses nunca mais recuperaram a sua autocracia nos mares” (2012, p. 13).

A região que Almada descreve, definido como “Rios de Guiné do Cabo Verde” é um espaço geográfico que tem definição bastante complexa. É interesse notar que estas determinações de espaço do continente africano pelos portugueses, não considera e “não reconhecia as fronteiras geográficas e étnicas, bem como categorias fundadas em especificidades regionais ou mesmo de raiz socio-profissional.” (HORTA, 2010, p. 26). Melhor será considerá-la como é caracterizada pelo pesquisador guineense Carlos Lopes:

[...]. Esta sub-região tem características ecológicas muito específicas, com terrenos de sedimentação recente, incluindo grandes extensões de mangue, sulcados por grandes vias fluviais de água salgada. Os grandes rios Gâmbia, Casamance, Cacheu, Geba e Corubal têm as suas origens nos contrafortes do Futa-Jalom, constituindo assim um espaço diferenciado daquele que existe a norte e a sul desta sub-região. (LOPES, 2005, p. 4)

José Horta também demonstra que o espaço “Guiné do Cabo Verde”, conceito historicamente relevante, vai além de apenas um termo geográfico, com suas especificidades comerciais e administrativas. Neste sentido:

A sua relevância advém de [...] espelhar uma modalidade específica de percepção desse espaço africano, em que se estabelece um determinado tipo de relação, no plano geográfico e no plano antropológico, entre as ilhas (sobretudo Santiago) e o continente fronteiro. Essa relação situa-se entre a ordem da realidade e a ordem da ficção ou do ‘desejo’, ao projectar na Guiné um sentimento de posse: *a nossa Guiné* na expressão paradigmática dos cabo-verdianos Almada e Donelha [...]. (HORTA, 2010, p. 42)

Conforme Law (*apud* Saive 2005, p. 20), as condições naturais de Guiné foram determinantes para a sua história. A comunicação era facilitada pelas áreas de savana, concentrando na região o centro de trocas (humanas e materiais). Haveria na região grandes migrações entre povos diferentes e mesmo que, com bastante disputas e certa hostilidade, as

trocas e a convivência tiveram relativa estabilidade. Essa constituição heterogênea de Guiné, já existente antes da chegada dos portugueses, explica a existência de povos diferentes e independentes, mas sempre em contatos uns com os outros. Conforme Saive (2005), havia trocas extensas na região com povos de outras regiões mais ao sul e ao norte da África. Entretanto, a chegada dos portugueses na região teve também seu impacto diferenciado.

Assim, podemos perceber algumas especificidades da obra de André Alvares de Almada, aproximando-se do que Le Goff sugere para a leitura histórica dos documentos. Além disto, levanta-se a questão a ser analisada, a qual adapta o conceito de etnobotânica para esta leitura e análise histórica do documento.

1.2 A ETNOBOTÂNICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A partir destas concepções de análise de documento de Le Goff, adaptou-se as questões relacionadas à Etnobotânica. Para trabalhar o referencial teórico e as metodologias relacionada à disciplina da etnobotânica, seguiu-se o pensamento de Julio Hurrell, no seu artigo *Las posibilidades de La etnobotánica y um nuevo enfoque a partir de La ecología y su propuesta cibernética*(1987). Além disso, usa-se Alexiades, a partir do livro *Selected guidelines for ethnobotanical research: a field manual*(1996), no qual define etnobotânica como o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes e todos os tipos de inter-relações: ecológicas, evolucionárias e simbólicas, reconhecendo a dinâmica natural das relações entre o ser humano e as plantas.

Schultes (*apud* Echevarria et al., 2002, p. 429) indica que o termo etnobotânica foi empregado pela primeira vez em 1895 por Harshberger, que embora não o tenha definido, apontou maneiras pelas quais poderia ser útil à investigação científica. Conforme Hurrell (1987), a etnobotânica foi considerada por muito tempo como uma disciplina de fronteira: entre a botânica e a antropologia. Para ele, esta disciplina trata das interações entre os seres humanos e os vegetais. Essa característica híbrida da etnobotânica esta fundamentalmente ligada com os conceitos de ecologia voltada para os seres humanos. Assim, a etnobotânica permite abordar referenciais teóricos de distintas maneiras, sobrepondo-se, muitas vezes, com os objetivos de outras disciplinas, mas que apresente fatores em comum na análise do vínculo, interação, relação, contato entre os homens e vegetais.

Assim assumiu-se nesta pesquisa a etnobotânica a partir de uma análise historiográfica, baseado em um documento histórico. Hurrell (1987) também comenta que a

ligação da etnobotânica com diversas áreas de estudos depende da situação e contexto históricos dos conhecimentos científicos, da evolução das disciplinas teóricas que pretendem incorporar informações desta. Neste sentido, permite que atualmente se pense a etnobotânica na história, já que há maior abertura das análises históricas para novas questões: a disciplina da história percebe cada vez mais as importâncias dos aspectos culturais, materiais e imateriais das populações.

Para conceitualizar os aspectos da etnobotânica, Hurrell (1987) distinguiu quatro conjuntos temáticos sobre ela. Primeiro com a botânica vinculada às ciências do homem; segundo com a antropologia vinculada à botânica; terceira como disciplina etnocientífica; e quarto como disciplina integrativa ou de síntese. Dentre estas possibilidades, é possível encaixar uma etnobotânica histórica a partir do que Hurrell (1987) considera disciplina etnocientífica. A etnobotânica, como disciplina etnocientífica, proporciona uma qualidade de conhecimentos relacionados às concepções autóctones do mundo vegetal (em um nível descritivo) que permite a interpretação posterior dos comportamentos culturais, sobretudo em um sentido etnodinâmico – ou seja, sobre as condutas como formas de relação sócio-cultural. O presente trabalho não buscou se deter ao nível descritivo destas relações entre humanos-flora, mas iniciou a partir destas variadas possibilidades de análises posteriores sobre aspectos socioculturais.

O presente estudo se valeu, também, do catálogo de plantas e momentos de seus usos no Tratado Breve: de forma descritiva, amparando-se no primeiro aspecto da etnobotânica como disciplina etnocientífica. É a partir deste catálogo que se possibilita melhor análise sobre as ações e plantas que estão presente no testemunho de Almada. Para isso, usaram-se diversas fontes bibliográficas sobre a região, que abordam o mesmo contexto geográfico, as quais também trazem a tona plantas, seus nomes e especificidades científicas (botânicas) e seus modos de usos pelas populações guineenses.

Hilgert (2007), afirma que as decisões humanas sobre as formas de estabelecer suas relações com o entorno, estão baseadas em fatores biofísicos e socioculturais, os que, por sua vez, estão condicionados com o modo de perceber o mundo natural. Conforme Fowler e Cotton (*apud* Hilgert, 2007, p. 1005), o estudo desta percepção e das decisões ambientais pode ser realizado nas perspectivas éticas e êmicas (filosófica/religiosa). No primeiro caso, se identificariam pistas ou fatores que influenciam os modos com que o ambiente é percebido localmente, tendo em conta o objetivo natural e a construção sociocultural, que podem modificá-lo. O segundo enfoque indaga sobre como o meio é percebido realmente pelas populações locais.

As constantes referências de Almada sobre plantas, suas características e propriedades, seus valores econômicos e sociais, se explica no sentido de que, a etnobotânica, segundo Hilgert (2007), estuda os conhecimentos e usos das espécies botânicas se aproximando não somente de interesses econômicos, mas também sociais, do mundo cognitivo da vida espiritual destes povos. Também, conforme Wissenbach (2009), por mais que o olhar do europeu estivesse sempre carregado pelo medo, pelo espanto e pelo preconceito, a aproximação destes indivíduos, tais quais Almada, sobre os conhecimentos etnobotânicos nativos aparece, nos primeiros tempos das relações interculturais, relacionados às possibilidades de sobrevivências e permanência nestes novos ambientes.

Cabe reiterar que a etnobotânica, segundo Patzlaff & Peixoto (2009) numa perspectiva antropológica, atualmente busca valorizar e ampliar o que se definem como *retorno* dos estudos etnobotânicos e na *participação ativa* da comunidade durante a pesquisa. Além disso, afirma-se que “[...] cada comunidade tem características próprias que devem ser levadas em consideração no momento de elaboração da proposta de retorno do saber construído, sendo, portanto, difícil estabelecer a priori uma metodologia” (PATZLAFF & PEIXOTO, 2009, p. 244). Ao levar a ideia de retorno a partir do que se poderia denominar ‘etnobotânica histórica’, resgatar estes conhecimentos com base em uma perspectiva histórica permite retornar o valor histórico que estas comunidades tiveram no decorrer dos séculos, tirando-as do lugar comum de subordinadas, inferiores e até inexistentes. O retorno, no viés histórico, é devolver o seu papel ativo na história da região e do continente africano.

1.3 SABERES ENDÓGENOS E ETNOBOTÂNICA

Estudar o conhecimento etnobotânico significa compreender formas de conhecimento e desenvolvimento endógeno destas populações. Ao compreender as relações entre humanos e flora podemos melhor compreender as relações socioculturais dos processos históricos. No *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo-Verde* são claramente visíveis as relações das populações guineenses com o a flora local e seus diversos usos sociais e culturais, tais quais exige o conceito de etnobotânica.

Conforme Barreto (2008) é necessário estar atento para os processos de passagem, transferências e interações dos elementos culturais e sociais dos portugueses e das populações locais. “Os produtos naturais e as manufacturas, a fauna e a flora, as gentes e os costumes, que do mundo desaguam em Lisboa/Portugal, vão criando novos padrões sensoriais, novos

horizontes de consumo e de gosto no vestuário, na alimentação, nas artes. (BARRETO, 2008, p.490). O testemunho deixado por Almada já demonstra estes novos padrões sensoriais e os novos interesses sobre a região. Para compreender estas relações, é interessante se ater em alguns conceitos.

Atualmente, cada vez mais, as teorias econômicas atribuem importância ao que se chama “desenvolvimento local endógeno”. Se estes saberes próprios das populações citadas por Almada produzem seus papéis de relação com os atores portugueses que adentram nos seus espaços territoriais, rompendo a hegemonia do pensamento eurocêntrico em que os portugueses seriam atores determinantes nestas relações. A Partir de Gordim e Oliveira (2006) sabe-se que atualmente o desenvolvimento local, dentro dos processos de globalização, são compreendidos como resultados das capacidades dos atores e sociedades locais a se “estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápida e profunda transformação.” (Gordim e Oliveira, 2006, p. 10). Assim, estudar as formas de saberes e ações econômicas destes povos, citados por Almada, é uma forma de perceber suas capacidades além das influências externas, garantindo-lhes uma análise que busque valorizá-los como agentes de suas próprias escolhas e formas de vivência.

Os contatos dos europeus com as populações guineenses produziram, paulatinamente, uma dominação colonial sobre a região. Esse intuito de dominar engloba também os saberes, isto é, os portugueses pretenderam estabelecer um domínio epistemológico. Segundo Santos & Meneses (2010, pp. 9-20), gerou-se uma relação bastante iníqua entre os saberes, fazendo com que os saberes peculiares dos povos e nações colonizados, bem como diversas outras formas deste, fossem suprimidos e inferiorizados.

É possível afirmar que estes conhecimentos peculiares e próprios se encaixam no conceito de conhecimento endógeno. Conforme Joseph Ki-Zerbo, o termo endógeno pode ser visto como um conceito identitário na medida em que não há “sociedade sã, sem metabolismo interno integrado, sem processos autogerados e autopropulsados; do mesmo modo que não há organismo sem trocas com o exterior.” (*apud* KANDJIMBO, 2014, pp.1-2). Por sua vez, o conhecimento, usado com o termo endógeno (um termo identitário) a partir de uma configuração cultural determinada, pode ser visto como: “[...] um conhecimento vivido pela sociedade como parte integrante da sua herança, por oposição aos saberes exógenos que são ainda percebidos, pelo menos nesta fase, como elementos de um outro sistema de valores”(HOUTONDJI, 1994, p. 15)

Neste sentido, as relações entre os humanos e as plantas produzem conhecimentos endógenos. O estudo sobre etnobotânica no *Tratado breve* permite uma ampliação dos conhecimentos em relação aos estudos sobre a África e os africanos, desconstruindo discursos eurocêntricos e visões estereotipadas sobre o continente, seus países, grupos étnicos e seus descendentes.

O intuito do documento, como dito anteriormente, foi descrever para a coroa portuguesa as possibilidades de investimento, financeiro e humano, sobre a localidade referida. Neste sentido, apesar do objetivo específico do documento, as características culturais dos povos são realçadas – como é o caso dos conhecimentos etnobotânicos. Ao compreender as relações etnobotânicas, é possível relacionar e conhecer novos aspectos socioculturais das populações africanas. Neste sentido, busca-se confirmar que o emprego das plantas transparece o intuito original da fonte, demonstrando que o uso de plantas bioativas é de suma-importância para as identidades destes povos.

Além disso, relacionam-se os usos de plantas bioativas com aspectos específicos destas populações. Por planta bioativa toma-se o conceito utilizado por Silva (2003), a qual a define como uma espécie vegetal que reúne componentes fitoquímicos (metabólitos secundários com atividade farmacológica, biológica e/ou biocida). Assim, relacionou-se plantas com interesses econômicos e produtivos dos portugueses, mas também o uso de plantas bioativas tóxicas e medicinais com aspectos próprios socioculturais das populações negro-africanas.

2. AS PLANTAS E OS INTERESSES COMERCIAIS E PRODUTIVOS

Como foi tratado anteriormente, a obra a ser analisada neste trabalho possui características discursivas próprias, na qual o autor, André Alvares de Almada tem objetivo específico em seu relato. Ao escrever sobre a região dos Rios de Guiné do Cabo-verde, os povos que habitam a região e seus costumes, Almada, muitas vezes, cita plantas, seus usos e suas formas de cultivo. Neste capítulo, falaremos dos momentos em que as plantas aparecem principalmente com o intuito da própria obra: propagandear as possibilidades de comércio e produção da região, ou seja, aquilo que pode gerar lucro à Coroa Portuguesa e aos seus agentes.

Os interesses sobre as plantas perpassam, primeiramente a produção e o comércio de plantas alimentícias, tanto para a região - como forma de trocas, ou resgate, por ouro e outros produtos de interesse português – como para a metrópole, Europa e América. Como segundo fator de interesse pelas plantas, tem-se a produção de tecidos e tintas para os mesmos. Neste capítulo, portanto, mostraram-se os momentos em que estes produtos específicos aparecem na obra de Almada, em forma de catálogo. Também se buscou analisar as formas de uso, cultivo e produção destes produtos pelas populações guineenses, a partir de Almada e outras obras relacionadas ao tema.

Conforme Carney (2003), poucas plantas de origem africana realmente interessavam aos europeus, o principal interesse estaria na produção do café e do óleo de palma, e, até meado o século XVI, a Malagueta. Entretanto, para os portugueses especificamente devido a seu pioneirismo sobre a região, os interesses se diversificam para outras plantas - elas aparecem para interesse comercial, investimentos e lucros nos seus resgates.

Para os Portugueses, além destes interesses comerciais e produtivos na região, também havia outro fator para a exploração da área. Conforme Saive (2005), o desejo religioso de propagar a religião cristã e combater as religiões muçulmanas, teria sido um fator que impulsionou fortemente a exploração das novas áreas ‘descobertas’. Obviamente, o interesse econômico, principalmente sobre encontrar ouro e suas expectativas de lucro na região da Guiné era grande. Da mesma forma, especiarias orientais e próprias da região guineenses, passaram a ter valor comercial e se tornaram atração aos navegadores portugueses, lançados² e outros comerciantes europeus.

² Lançados podem ser identificados como indivíduos que se ‘lançam’ no continente africano adentro em busca de comércio com as populações africanas. São aventureiros que não mais respondem ao controle das autoridades

As relações que se estabeleceram entre os portugueses e as populações guineenses estavam carregadas de incompreensões: noções e ideias diferentes sobre posse/propriedade de terra, valores diferentes sobre as trocas comerciais, sem falar nas diferentes formas de noções e percepções sobre a religiosidade e os poderes políticos e sociais. Conforme Daaku, (*apud* SAIVE, 2005, p. 30), para os europeus a terra era vista como um investimento, propriedade privada que geraria lucros. Na África, de outra forma, a terra era vista com propriedade em comum, os indivíduos teriam direito sobre ela. Poderiam produzir e usufruir dela, mas a terra em si era propriedade de toda a comunidade.

De acordo com Silva, ao se estabelecerem e complexificarem as relações entre os portugueses e os grupos humanos africanos, também se complicaram os laços com a terra: “Esta, de modo geral, não era vista apenas como fator de produção e para uso dos contemporâneos. Era a guardiã dos mortos, a servidora dos vivos e a promessa dos vindouros. Pertencia a todos eles, no tempo e na eternidade” (SILVA, 2006, p. 41).

A partir disso, podemos compreender algumas das relações etnobotânicas das populações guineenses descritas por Almada. A terra não era usada simplesmente para produção e comércio das plantas, a relação com as plantas tem seu teor simbólico e religioso. Assim, quando Almada refere-se a alimentos, suas produções e possibilidades, também usam de seus filtros e códigos culturais próprios, mas não deixa de ser um testemunho sobre as plantas que já estavam em uso nestas regiões e já possuíam significados próprios para estas populações.

2.1 ALIMENTOS

A alimentação dos povos guineenses mostrada por Almada é bastante variada, não se tratando apenas alimentação de plantas, mas também animal, incluindo, em alguns casos, carne humana. Mas como já foi referido, aqui se buscará os alimentos de origem vegetal.

O continente africano é um espaço geográfico gigantesco e cada localidade possui suas formas de cultivo determinadas pelas condições climáticas e do solo. Entretanto, de modo geral, as populações africanas, conforme Silva (2006), estas estariam sempre abertas às inovações. Acolhiam com facilidade novas espécies vegetais e mudavam suas técnicas conforme as circunstâncias exigiam, desde que essas inovações revelassem melhorias na dieta alimentar e na sua forma produtiva em relação às suas formas tradicionais. A adaptação

dessas novas plantas era de amplo aspecto. Espécies e variedades não autóctones do continente foram adaptadas rapidamente:

“Através das colônias persas e árabes, enquistadas nos litorais africanos do Índico, chegaram os limões, a berinjela e talvez a manga — a menos que esta só tenha vindo bem mais tarde, pelas mãos portuguesas. Através do Índico ou do norte da África, os árabes trouxeram a cana-de-açúcar e a cebola. Das Américas, e principalmente do Brasil, provieram o milho, a mandioca, o tomate, o amendoim, o tabaco, o cacau, várias espécies de feijão, o caju, o ananás, a goiaba e numerosas outras árvores frutíferas [...]” (SILVA, 2006, p. 35)

Mais especificamente, na região dos Rios de Guiné do Cabo-verde, estudos como de Robin Law (*apud* SAIVE, 2005, p. 61), afirmam que as colheitas mais importantes das sociedades africanas era milho miúdo - um cereal típico da região, além de inhames, óleo de palmas, feijões, bananas, nozes de cola, pimenta, gengibre e também o algodão e o índigo (tinta de origem vegetal para tingir tecidos). Além disso, conforme aumentavam os contatos com os europeus, havia mudanças significativas nestas produções. Introduziram-se produtos de origem americana como o milho, batata-doce, mandioca, papaia, ananás e tabacos; e de origem da África oriental e mediterrânea como: cocos, laranjas e limões. Além destes, “a presença europeia [...] fez com que se ampliassem as extensões de cultura destinadas a produtos de exportação, como o dendê, o café, o cacau, o amendoim, o caju e o sisal.” (SILVA, 2006, p. 36).

Almada em vários momentos comenta sobre os mantimentos de origem vegetal que as populações africanas da região produzem, consomem e comerciam. Uma das mais recorrentes é o arroz. No quarto capítulo, Almada ao escrever sobre o Reino dos Mandingas, descreve a produção do arroz:

“Começa o inverno nestas partes no fim d’Abril, entrada de Maio por diante. Fazem os negros as searas dos arrozes naquelas *Lalas*, e fazem valados de terra por amor da venida do rio, mas nem por isso deixa o rio muitas vezes de os romper e alagar as searas. Depois deste arroz nado, o arrancão e transpõem em outras *lalas* mais enxutas, onde dá logo mantimento.” (p. 36)

Neste pequeno trecho, podemos perceber desde já conhecimentos endógenos destas populações. Identificavam a época do ano na qual seria o melhor momento de plantio do arroz, formas de fazer seus “valados” e, depois de certo tempo, transplantavam o arroz para uma área mais adequada. Estas são formas de conhecimentos próprios, saberes tradicionais

que, pela experimentação, observação e ensinamentos de gerações anteriores, chegaram à forma observada e descrita por Almada.

Conforme Carney & Marín (2003), o arroz africano, de espécie provável *Oryza glaberrima*³, de origem do oeste africano, será de grande interesse aos portugueses. No início do século XVI, escravos nas ilhas de Cabo Verde já cultivavam este produto na região. Também afirmam que:

“Alrededor de 1513-1515, el arroz aparece en la lista de productos de los barcos que partían de Cabo Verde [...]. Alrededor de 1587 el arroz ya había ascendido al “panteón” de productos ameríndio – yuca y maíz [...]; a comienzos Del siglo XVII, este {o arroz africano} ya ocupaba el segundo lugar de la lista siendo superado apenas por La yuca” (CARNEY & MARÍN, 2003, p. 14).

Assim o arroz é recorrentemente citado por Almada entre os mantimentos produzidos, comercializados e usados pelas populações guineenses descritas, especialmente entre os jalofos que viviam próximos ao Rio Senegal e entre os mandingas do Rio Gâmbia – sendo usado, inclusive, em rituais dedicados a lua (p. 12, 18, 19, 27, 36). Era utilizado como mercadoria de resgate, isto é, de comércio, entre os arriatas, e, entre os falupos da região de Casamança este alimento era oferecido em ritual aos ídolos (pp. 37, 42-43). Ele também servia de alimento aos buramos, beafares e sapes da região de Serra Leoa, que produziam farinha de arroz e a empregavam em cerimônias (p. 46, 50, 55-56). Entre os manes (antropófagos) era consumido junto com carne humana. Assim, junto aos povos citados, o arroz significava bem mais do que um mantimento. Participava também como planta com suas especificidades relacionadas a rituais às suas divindades, como detentor de poder religioso, poder divino.

Não é a toa que o arroz foi um dos produtos levados pelos cativos do escravismo ocidental para outros continentes. O arroz aparece, principalmente na América, como espécie vegetal levada/trazida pelos próprios escravos, como formas de resistência e sobrevivência nos novos mundos que lhes foram impostos – o arroz continua participando da alimentação e dos seus ritos religiosos. Trabalhos como o de Carney & Marín (2003) e Linares (2002), resgatam a história do arroz africano e a importância no desenvolvimento do seu cultivo nas Américas.

³ A partir de vários estudos, se afirma que o arroz cultivado na região da Guiné, descrita por Almada, seria o da espécie *Oryza glaberrima*, espécie de arroz considerada autóctone africana. Sobre *Oryza glaberrima*, informações em Carney e Marín (2003) e Linares (2002).

As pesquisadoras Carney & Marín (2003) apresentam a seguinte reflexão crítica sobre as consequências da exclusão da origem africana do arroz nas Américas:

“[...] los europeos e los euroamericanos acabaron expropiando la historia e la cultura del arroz em su próprio beneficio; consecuentemente, al despojar a las poblaciones africanas de uma contribución importante para las Américas estos intensificaron um proyecto colonial construído em relaciones de poder desiguales que privilegian aspectos mercantiles de transferencia de semillas em detrimento de la base cultural y de conocimientos responsables por El establecimiento de uma planta.” (CARNEY & MARÍN, 2003, p. 18)

Ainda de acordo com as autoras, teria sido somente no final do século XIX que este discurso começaria a mudar. Alguns botânicos franceses começaram a investigar as características do conhecido arroz vermelho (*O. glaberrima*) encontrado no cultivo agrícola na África Ocidental, levando a descobrir características das variedades que revelam não serem as mesmas cultivadas na Ásia. Assim, na metade do século XIX, o arroz africano já é reconhecido como espécie independente, adaptado às regiões próximas dos rios Níger, em Mali. Este mesmo arroz teria sido confirmado como a espécie levada às Américas e adaptados às condições do novo continente⁴.

Além do arroz, diversas outras plantas são citadas como mantimentos de valor comercial, como a cana-de-açúcar, o óleo de Palma, a noz de Cola e a Malagueta. Outros diversos alimentos das populações africanas são citados. Frutos, legumes e raízes diferenciados serão, neste trabalho, demonstrados a seguir.

Um dos frutos diferentes que Almada cita é o amanganacho, um fruto em que as comunidades dos beafares só poderão colher todos juntos. Este seria um fruto agreste, com caráter de coletividade, caso algum indivíduo colhesse-o antes de o determinado coletivo, teria como punição tornar-se escravo e ser vendido. Este é um caso único de citação do fruto, entretanto pode nos mostrar um aspecto social desta população, a qual percebe os alimentos de forma não individualista tal qual as populações ocidentalizadas, permanecendo seu caráter próprio. Neste mesmo capítulo são citados outros dois frutos, pelos quais estes negros de alimentariam e se manteriam com elas, estes seriam os *Mompatazes* e as ameixas. Estas ameixa seriam parecidas com as que os portugueses conhecem, mas teriam um sabor diferente.

⁴Conforme CARNEY & MARÍN (2003) o *Oryza glaberrima* teria sido paulatinamente substituído pelo *Oriza sativa*, espécime de origem asiática que se adaptou melhor e gerou maior produção nas condições climáticas das Américas.

Outros frutos como bananas, cidras, laranjas e limões são citadas mais para o final da obra de Almada:

“De fronte do Cabo Ledo, que he a ponta da Serra Lêoa, estão duas Ilhas que chamão as *Bravas*, as quaes tem muitas agoas, laranjas, cidras, limões, canas d'açucar, muitas bananas, e muitos palmares, dos quaes tirão a Sura os negros, que he o seu vinho.” (p. 79)

Para melhor fazer a propaganda das vantagens que os portugueses teriam em colonizar a região de Serra Leoa, Almada não poupa esforços de atribuir-lhe as melhores qualidades naturais: “Esta terra he tão abundante de tudo que nada lhe falta; abastada de muitos mantimentos; muito fresca de ribeiras d'agoa, laranjeiras, cidreiras, limoeiros, canas d'açucar, muitos palmares, e muita madeira excellente.” (p. 93). Tais frutos, como vistos no início do capítulo, já estariam na região antes das chegadas dos portugueses.

A cana-de-açúcar aparece nas duas citações anteriores, também é comentada por Almada mais para o início de sua obra. Na região dos Rios de Gambia, Almada apresenta a cana-de-açúcar como uma possibilidade:

“Estes mangues chegão até onde chega a maré da agoa salgada e, ali acabão. Ficão descobertos os campos chamados *Lalas*; e os mais formosos estão da banda do Norte, onde se podião fazer formosos canaviaes d'açucar, e se regarião como mesmo rio com montante e jusante, posto que ali não fará a agoa falta, porque chove muito.” (p. 32)

Mais uma vez o interesse comercial aparece sobre as plantas e a região. Nas citações acima, ao pontuar frutos e outros mantimentos, a cana-de-açúcar aparece como mantimento já produzido pelos povos guineenses citados e não somente como possibilidades a serem trazidas pelos portugueses. Assim, acaba por indicar que já havia produção de canaviais de açúcar antes mesmo da chegada dos Europeus. Silva (2006) confirma ao afirmar que a cana-de-açúcar, assim como a cebola, teria sido trazida à África através dos comércios com os árabes e populações guineenses de religiosidade muçulmana, séculos antes dos contatos com os portugueses na região.

Outro alimento vegetal que Almada cita são os chaveos. Estes seriam coquinhos de palmeiras, em que dentro havia um mantimento no tamanho de uma avelã. Este é um dos momentos em que a Palmeira é citada. O azeite de Palma foi um dos interesses maiores dos europeus sobre a região. Para as populações da região, até atualmente, a Palma (as palmeiras) são amplamente utilizadas. Em Almada aparece como uma das plantas utilizadas para a

produção de vinhos (sura), e também utilizada na construção e manutenção das moradias, telhados, etc.

A palma/palmeira será citada também diversas vezes por Almada, trata-se provavelmente da espécie *Elaeis guineenses*. Conforme Chaplin (*apud* CARNEY, 2003, p. 179), o óleo de Palma foi um dos grandes interesses sobre plantas de origem africana. O azeite de palma é citado apenas uma vez por Almada, entres os bijagós, no mesmo momento que cita os mantimentos chamados chaveos (p. 56).

A palma para produzir vinho aparece com mais frequência, tendo o uso indicado entre os jalofos, para fazer vinho (p. 19), e entre os arriatas e falupos (p. 38). No reino de Casamança e entre os sapes de Serra Leoa o vinho de palma é denominado Sura (p. 42, 79). Ele era igualmente produzido e consumido entre os buramos, bijagós, beafares (p. 51, 54, 66). O cravo aparece em dois momentos, entre as mercadorias que são possíveis de achar no Reino de Gâmbia, dos mandingas (p. 30) e no Reino de Casamança (p. 44).

Também de interesse é a cola, ou noz de cola: mantimento com bioatividade medicinal com grande valor como produto de resgate e troca comercial. A noz de cola, que também aparece entre os interesses comerciais para a região, será tratada, junto as suas propriedades medicinais próximo capítulo.

São citados feijões, gergelim, inhames e legumes. O feijão primeiramente é apontado como uma das mercadorias que em épocas de fome se trocava por escravos, e também como mantimento produzido pelos jalofos. Gergelim somente é mencionado entre mantimentos, assim como os inhames e ‘outros legumes’. São indicados também outros frutos, como é o caso de maçans, tambacumbas, tambarindas (tamarindas), farrobas e sãobirão – somente entre outros mantimentos, demonstrando mais uma curiosidade do que real interesse produtivo e comercial.

Outro mantimento amplamente citado é o milho. Provavelmente este já seria um dos resultados de contatos com os europeus e os intercâmbios no oceano atlântico entre Europa, África e América. Entretanto, não foram encontrados estudos que pudessem confirmar esta teoria.

O milho aparece basicamente como um dos itens entre os mantimentos que determinada localidade ou populações possuem. A primeira referência a esta planta, surge logo no primeiro capítulo, quando, ao tratar dos jalofos, menciona o milho-maçaroca (ou massaroca). Esta seria uma as formas com que os jalofos bebem água, pois, conforme Almada, nunca a bebiam pura. Seria misturada sempre com algo, seja leite azedo ou: “[...] deitando nella farinha de hum milho a que chamão maçaroca, mantimento de mais substancia

que quantos ha em Guiné. He tão bom quasi como o trigo. E tem estes Jalofos por costume não beberem agoa senão misturada com huma cousa ou outra.” (p. 8).

Este mesmo milho-massaroca é mais duas vezes citado na obra (p. 12, 64). Na última menção, indica o uso deste pelos próprios descendentes de portugueses, ao dizer que o alimento era consumido pelos “nossos”. Com isto, demonstra compartilhamentos de modos de produzir alimentos a partir da flora que é disponível:

“Dos mantimentos da terra, que he milho e arroz, fazem os nossos huns bolos chamados Batanquas, que he o pão que comem; eo do milho-*massaroca* tem tanta substancia como o pão, e cozem este pão n'humas tigellas tão largas como huma rodella grande; e fazem a estes bolos da grossura de huma pataca, e amassão duas vezes, pela manhã e á tarde, porque se há de comer quente.” (p. 64)

Outro milho que se diferencia é o que Almada denomina como milho. Este aparece somente duas vezes na obra, entre os mantimentos. É possível que o milho citado por Almada seja o da espécie *Zea mays*, originário da América central e a região do México. Normalmente citado entre os mantimentos, é também usado num caso de ritual e também para produzir vinho. O ritual conta com a farinha de milho e arroz, como comentado anteriormente, como uma das formas de reverenciar os seus ídolos. No oitavo capítulo:

“Os seus Ídolos a que reverencêão são huns páos fincados no chão, debaixo de alguma arvore grande e sombria, com as cabeças tortas ao modo de cajados, juntos estes em feixe, amarrados, postos no chão, com as cabeças todas juntas para cima; são estes seus Ídolos, a que elles chamão Chinas, e reverencêão, offerecendo lhes vinhos da sua sara que he o da palma, e o de milho que he como cerveja mas não he de tanta dura. E embarrão a estes páos com papas de farinha de arroz e de milho e com o sangue das vacas e cabras e de outros animaes. Quando fazem as suas searas põem ao longo dellas alguns páos destes fincados no chão para as guardar, parecendo a estes pobres que tem o páo poder para isso.” (p. 43)

Assim, o vinho de palma e de milho e a farinha de arroz e de milho, além de terem significados para alimentação, assumem suas formas como parte de rituais religiosos, ligados ao próprio plantio. Mais uma vez, ao descrever uma atitude própria destes povos, no caso dos casangas, há no discurso o grau de estranhamento e negação.

Mantimento muito apreciado, mas até pouco citado por Almada é a malagueta, provavelmente a *Capsicum frutescens*. Conforme Saive (2005), a malagueta foi uma das especiarias que logo se tornou um dos maiores interesses dos comerciantes portugueses, a

qualidade da malagueta de Guiné, mais especificamente da Costa da Malagueta, era de ótima qualidade, fazendo com que seu preço logo subisse pelo crescimento da procura na Europa. No *Tratado Breve*, a Malagueta aparece em dois momentos. O primeiro, no décimo quinto capítulo:

"E ha este páo no Rio de Bagarra-bomba; ha canas d'açucar, algodão, malagueta, a qual se dá em humas arvores pequenas como bananeiras em capulhos; ao pé da arvore ha Mantubilha que he outra maneira de malagueta, a qual queima, e tinge como açafraão." (p. 78).

Neste trecho, Almada descreve como seria a planta que dá a malagueta e também descreve a Mantubilha, a qual poderia ser usada como mantimento, especiaria, e também como tinta ou pigmento para tecidos. A Malagueta aparece novamente no último capítulo, *Da fresquidão desta Terra* - entre os produtos ou mantimentos abundantes e de boa qualidade pelos quais a Coroa de Portugal poderia se interessar.

Das plantas utilizadas para alimento com possíveis interesses comerciais e produtivos, está o mantimento que Almada denomina macaras, citado no décimo capítulo: “[...] e macaras, que he hum mantimento redondo, e tem o sabor de favas; e dá-se este mantimento debaixo do chão mettido n'humas baguinhas, nas raizes, e se recolhe muito naquelas Ilhas [...]” (p. 55).

A tabela dos alimentos descritos neste capítulo, incluído as plantas alimentícias que possam ser interessantes, na visão de Almada, à Coroa portuguesa e seus agentes, aparece como anexo 1.

2.2 TECIDOS E PIGMENTOS

Outras plantas que chamam muito atenção de Almada estão relacionadas com tecidos (vestimentas, panos, fios) e com plantas tinturiais, ou pigmentos. Conforme Silva (2006), as populações do continente africano eram especializadas em diversos ofícios:

E também em produzir cestaria, esteiras, chapéus, tetos de palha. Em fazer sabão. Em trabalhar omarfim. E o couro. Em curti-lo, tingi-lo e com ele fabricar selas, arreios, sandálias, escudos, bainhas para armas brancas, vestimentas, almofadas, tendas. Faziam-se panos de entrecasca das árvores. Teciam-se a ráfia, a lã e o algodão. Em alguns poucos lugares, conhecia-se a seda. Onde se implantou a prática da tecelagem, a tendência era para

quehouvesse teares em quase todas as casas. Teares em geral estreitos, dos quaiassaía uma tira de fazenda, que se ia juntar a outras tiras semelhantes, para formar o pano. (SILVA, 2006,p. 50)

A partir disto, estamos cientes de que estes saberes e costumes notados por Almada, desde a forma com que se vestir, como produzir estas vestimentas e acessório além dos pigmentos, é algo próprio destas populações, que entre seus intercâmbios culturais foram aprimorando estes saberes sem, necessariamente, adquiri-los (mesmo que em parte) dos portugueses e outros europeus.

Conforme Carney & Marin (2003), o anil teria sido cultivado tanto na Índia quanto na África, mas não eram, necessariamente, da mesma espécie. O mesmo ocorre para o algodão, sobre o qual não há referências ou estudos que tracem a origem deste. É provável, conforme as autoras, que tanto para o anil quanto para o algodão, um processo semelhante ao arroz teria ocorrido. Duas plantas semelhantes foram cultivadas independentemente, de espécies diferentes devido as condições geográficas e climáticas, mas ainda com ampla semelhança.

O algodão é uma das plantas mais citadas durante todo o *Tratado Breve*. Logo no início são mencionados panos de algodão, pretos e brancos, dos quais eram feitas as roupas dos jalofos – roupetas chamadas camisas, carapuças de cabeça e espécies de armaduras: "Tem huns panos d'algodão compridos, os quaes torcem de maneira que fiquem bem torcidos, e estes panos cingem, começando das virilhas até aos peitos, muito juntos, e desta maneira armados lhes não passam as frechas nem azagaias" (p. 9). Esta forma de utilizar os tecidos de algodão é visivelmente mais um dos conhecimentos próprios destes jalofos como estratégias de guerra.

Breves menções são igualmente feitas à produção e utilização de roupas em geral e de algodão em particular, entre os barbacins (p. 18) e a população do reino de Borçalo (p. 25-26), de onde a fabricação de tecidos pretos e brancos (p. 27). Outras menções dizem respeito aos buramos, beafares, naluns, bagas e coquolins, que portavam roupetas e bragas de algodão (p. 47, 50, 52, 59, 69, 72). Também os sapes e sumbas de Serra Leoa portavam vestimentas feitas de algodão (p. 73, 78, 83, 93).

O algodão, para Almada, é mais importante no comércio da região local do que possível comércio com a Europa, mas também, provavelmente, ocorria. Eis o que informa a respeito de árvores nativas que produziriam um algodão de muita qualidade, os polões:

“Ha outras arvores muito grandes e altas a que chamão *polões*; não dão fructa nenhuma; dão humas cabaças pequenas compridas cheias d'algodão por

dentro, o qual tem a cor de seda. He em si brando este algodão, e misturado com verdadeiro algodão, fiando-se, fazem huns panos como rajados que parecem de seda.” (p. 25)

Diogo Kopke sugere que a árvore em questão seria a bombax, provavelmente se trata da espécie *Bombax ceiba* (p. 103). Esta mesma árvore, além de produzir este algodão ‘como seda’, também é utilizada para construção de embarcações e como árvores de importância cerimonial.

Além dos algodões, transparece o interesse, espanto e admiração pelas tintas. Almada descreve as características e modos de produção. Ele as compara com o “verdadeiro anil” das Índias Orientais, notando, contudo, a diferença em sua fabricação. Ele descreve a forma pela qual são recolhidas as folhas e como é produzida a tintura:

“Recolhem as folhas destas arvorezinhas, que são pequenas, de altura até 4 palmos, e hão de recolher essas folhas antes destas arvorezinhas darem as sementes, que se dão em humas baguinhas pequenas; e recolhidas as folhas as pizão muito bem, e depois de pisadas fazem huns pelouros tamanhos como de hum falcão pedreiro; e hão de entender que não recolhem muita quantidade destas folhas e fazem montes delas para depois d’hai alguns dias fazerem estes pelouros; - não se faz assim. Recolhe-se somente aquella quantidade que se há de fazer naquele dia [...]” (pp. 12-13)

Almada demonstra formas próprias destes povos para a sua produção de tintas, o processo todo é descrito, assim como a própria planta. Percebe-se também certo respeito destes jalofos em relação às plantas: ‘recolhe-se somente a quantidade necessária’. É provável que esta planta tintorial se trate da *Indigofera* spp. Essas descrições demonstram conhecimentos endógenos desta população. Também sobre os barbacin, Almada cita tinturas(p. 18), esta seria a mesma produzida pelos jalofos, pela mesma planta e pelos mesmos modos. Conforme Santos (1947), as populações da Senegâmbia e Guiné conheceriam o índigo antes da chegada dos portugueses na região. Provavelmente, as artes de extração e aplicação do produto teriam sido recebidas dos muçulmanos.

No décimo terceiro capítulo, as tintas são citadas como um dos principais resgates dos reinos dos Nalus, Bagas e Quocolins (p. 69, 70-71). Elas teriam um processo parecido: também recolhe-se folhas, mas de árvores diferentes, espécie de hera ou cipó com folhas largas. Descreve como se faz a tintura e também comenta como este material já é usado no comércio em outras épocas:

“O principal resgate deste Rio são tintas, não como as da Costa de que já tratamos no 1.º Cap., que se fazem do mesmo de que se faz o verdadeiro anil: estas deste Rio são diferentes, porque são arvores como hera, e vão trepando pelas outras arvores, e tem as folhas largas. E os negros, no tempo, apanhão estas folhas e as pisão, e fazem huns pães como de açúcar, assim grandes, enfolhados com as folhas de cabopa, e vem os nossos navios carregarem-se destas tintas, que He huma grande trato, para o Rio de S. Domingos. E já nos outros annos, governando a Rainha Donna Catherina, que Deos haja, se mandou carregar e trazer á cidade de Lisboa huma caravela destas tintas, para as experimentarem, e se levou a Cádiz parte da tinta. Não sei de que modo a acharão, mas sei que da Ilha de S. Tiago se levou por muitas vezes a tinta que se nella faz a Sevilha e a Cádiz e a acharão boa e da herva de que se faz o verdadeiro anil; e já se faz na mesma ilha. E o anno de 92, vindo delia huma caravella nossa, foi tomada dos Inglezes, e nella acharão hum barril de anil em taboletas, o qual festejarão muito. E nas Ilhas do Cabo Verde se pode fazer muito anil, por haver nellas muita quantidade da herva de que se faz; e a boa he a mais chegada ao mar.” (D’ p. 69 e70).

Conforme Santos (1947), Almada teria sido o primeiro a escrever acerca da espécie *Lonchocarpus cyanescens* e sobre as formas de sua utilização, assim como teria sido o primeiro a citar das técnicas de extração do índigo no continente africano. Ainda conforme o documento, a referida planta seria espontânea na região e, atualmente, os produtos tintoriais desta sobrepujam aos da *Indigoferas* pp.

Noutra passagem é citada uma palha que também serviria para tinta, chamada de maroque, comprada e vendida pelos putazes (p. 73). Diz também que do pau-brasil ali existente se extrairia uma chamada Cama, tão fina que podia assumir sete tonalidades de cores, desde mais fraca (parda) até mais forte (derradeira) (p. 78).

Estes são os tecidos e pigmentos que demonstram interesse comercial e produtivo na região dos Rios de Guine do Cabo-verde descritos por Almada, concluindo este capítulo. Abaixo segue tabela com as plantas para produção de tecidos e tintas.

3. AS PLANTAS BIOATIVAS

Como foi dito anteriormente, o conceito de planta bioativa, conforme Silva (2003), é dado como uma espécie vegetal com componentes fitoquímicos que atuam nos organismos, seja medicinal, tóxico ou metabólico. O uso das plantas bioativas pelas populações africanas exemplifica a profunda relação que os seres humanos tem com a natureza.

O uso e/ou aplicação destas plantas, normalmente requer indivíduos ou grupos que salvaguardem tais conhecimentos. Inclusive, o efeito requerido por estas plantas é ambivalente, pois estes que detém o saber sobre elas, participam de outras instâncias da sociedade. Assim como pode curar, pode causar problemas, seja na saúde, seja nas decisões judiciais e os interesses políticos envolvidos. Além disso, esses saberes estão fortemente ligados com heranças, espirituais e de aprendizado, e está repleto de suas marcas simbólicas.

Neste capítulo pretende-se demonstrar os momentos em que plantas bioativas são usadas e como estas formas de uso descrevem aspectos socioculturais. O uso de plantas tóxicas, trabalhadas primeiramente, é relacionado com técnicas e estratégias de guerra, mas também com rituais e juramentos. O uso de plantas medicinais depende dos agentes dos saberes locais, havendo correlações entre cura, religião e poder político, econômico e social.

3.1 PLANTAS BIOATIVAS TÓXICAS

Muitas plantas bioativas tóxicas aparecem, mesmo que indiretamente, no *Tratado Breve*. É interessante ressaltar que a flora africana causou grande impacto sobre os conhecimentos de natureza para a Europa. Ao comentar sobre as percepções que os viajantes portugueses tinham sobre as maravilhas das plantas medicinais que se encontravam em diversos territórios da África, Carney também comenta: “But paranoia also accompanied European perceptions of african plant skills. Resident European slave traders appear to have lived in constant fear of being poisoned by their mainland hosts” (CARNEY, 2003, p.170)

Para pensar estas plantas, primeiramente define-se conceito de toxicologia. Conforme Loomis (1996), a toxicologia é o estudo das ações prejudiciais dos produtos químicos no tecido biológico. A palavra toxicologia tem sua origem no grego "toxicon", que significa "arco". As flechas envenenadas foram, possivelmente, uma das primeiras aplicações intencionais de substâncias tóxicas ao homem. O elemento fundamental estudado em toxicologia é o agente tóxico, definido como sendo todo e qualquer agente químico que,

introduzido no organismo e absorvido, provoca efeitos considerados nocivos ao sistema biológico. A intoxicação corresponde ao conjunto de sinais e sintomas que revelam o desequilíbrio produzido pela interação do agente tóxico com o organismo.

Para a ciência ocidental, a toxicologia trata de um estudo com vasta área de abrangência, o qual diz respeito a produtos químicos (industrializados) e não somente toxinas naturais. De qualquer maneira, na cultura ocidental, apenas pessoas com formações específicas devem (ou deveriam) trabalhar com materiais tóxicos. Conforme EATON & GILBERT (2008), a sociedade ocidental contemporânea é dependente de produtos químicos, assim tem se tornado cada vez mais necessário a especialização de agentes em toxicologia para determinar potenciais de risco e segurança no uso de produtos tóxicos.

Entretanto, o uso de toxinas nas populações não ocidentalizadas tem outras formas de percepções. Dentre as possibilidades, serão aqui vistas as formas como que as populações africanas descritas por Almada no *Tratado Breve* lidam com toxinas.

Conforme Gallo (2008), a toxicologia acompanha os seres humanos desde seus primórdios. O veneno de animais e extratos vegetais foram usados para a caça, guerra e para aquilo que fosse necessário. Segundo o autor, seria seguro afirmar que os seres humanos logo foram capazes de categorizar plantas entre perigosas e seguras, o mesmo para a classificação de cobras e outros animais.

Assim, a toxicologia assume caráter de conhecimento endógeno, que participa de outros diversos signos culturais - a doença, a cura, o veneno e a justiça caminham juntos. Nos grupos sociais acabam se destacando indivíduos que possuam estes conhecimentos, tais quais denomina Almada: feiticeiros, Bixirins, Jabacouces, negros hervorários. Entretanto, esses conhecimentos ultrapassam apenas o indivíduo e se torna um conhecimento coletivo. O uso de toxinas nas flechas e toxinas nos alimentos para a guerra, assim como nas lanças para a caça e uso de venenos nos sistemas de julgamentos.

A primeira referência a toxinas trata justamente daquilo que Almada denominará como “flechas hervadas”, ou seja, “flechas envenenadas”. Logo no primeiro capítulo, ao descrever a forma com que os jalofoz faziam a guerra, descreve suas roupas, suas armas e, especialmente, os ‘frecheiros a cavalos’:

“Usão também de frecheiros a cavallo, e são mui destros no frechar, e as despedem muitas vezes de duas em duas: e esta he a peor arma e a mais má que ha em Guiné; porque são mui peçonhentas por serem hervadas, e escapão muito poucos dos que são feridos com ellas: salvo se os curar o mesmo imigo que o feriu; porque assim como fazem a peçonha para as suas armas, buscão o

contrario a ella para se curarem, e os que não são curados dos mesmos correm grande risco; e muitos morrem logo, e alguns escapão porque os curão chupando-lhe as feridas cora a boca, e destes poucos. E as pessoas que servem de curar aos feridos com a boca não hão de ter copula, com molheres em mentes curarem o ferido, porque dizem que, tendo copula, logo arruinão as feridas pondo a boca nellas. Outros se curão da mesma maneira tendo aos feridos mettidos em fontes d'agoa, ou em charcos e vaza, por amor do grande fogo que causa a peçonha.” (p. 9 e 10.)

Aqui se percebe diversos elementos próprios deste povo, a destreza para a Guerra, que indica conflitos contínuo entre estas populações que convivem na região. O espanto, quase medo, que Almada demonstra ao descrever a peçonha: ‘he a peor arma e mais má que há’. A dualidade entre toxina e a cura, o antídoto - o conhecimento sobre a planta ultrapassa apenas saber sua qualidade tóxica, mas também como evitá-la ou curá-la. Almada descreve também algumas das possibilidades, como ‘chupar as feridas’ ou pondo em ‘fontes de água’.

Outro caso é o que Almada descreve sobre os Mandingas. Novamente o veneno (peçonha) é apresentado como ameaçador, pavoroso:

São mui guerreiros estes negros, e nesta terra há mais armas que em nenhuma outra de Guiné, porque, como ha nella ferro que fundem, fazem muitas armas de azagaia, dardos, facas, e muita frecha; e a sua herva he a mais peçonhenta que todas as outras; porque vimos no porto de Cação terem com os nossos huma briga, seria ás 10 do dia, na qual houve mortos de huma parte e da outra; e depois de recolhidos, á hora de vespora, querendo os nossos dar sepultura aos mortos, os que estavam feridos de frechas hervadas não poderão ser levados a ellas, porque era tão tina a herva da peçonha que estavam já os corpos corruptos, de maneira que apegando por hum braço se despedia do corpo, e de huma perna da mesma maneira. Não houve remédio senão fazerem as sepulturas ahi onde estavam mortos, e bota-los dentro delias. Tal he a herva destes negros.(p. 27 e 28)

Ao comentar os armamentos dos Beafares, documenta o uso de flechas hervadas, e ao tratar sobre os Sumbas dá informações sobre outra erva tóxica: “Nas guerras trazem dous coldres, que são as aljavas, com muitas frechas. A sua herva he peçonhenta, mas não a cozem d'outras hervas como nas outras partes; he do leite de huma arvore, que he tão fina peçonha em si que só o leite basta.” (p. 83). Por esses exemplos, podemos afirmar que o uso de plantas tóxicas nas flechas se torna uma estratégia decisiva para os combates e guerras.

Outra técnica, ou estratégia, citada por Almada, é o caso do uso de peçonha nos alimentos, também pelos sumbas:

“Sabendo que vinhão os imigos a poucas jornadas lhes botarão diante algumas mangas, os quaes levavão vacas que matávão e cozião em panellas muito grandes nas quaes deitávão peçonha, e tanto que descobrião os imigos fingião que fugião, e as deixavão. Vindo, se encevavão no comer e se fartávão, e desta maneira ião morrendo poucos a poucos que viérão a ser depois muitos [...]” (p. 89)

De certo modo, semelhante as flechas, entretanto no uso de caça de elefantes, Almada refere-se ao ‘ferro hervado’. A prática da caça era comum e recorrente nas populações aborígenes africanas. Conforme Silva (2006), todos caçavam, animais pequenos e maiores: roedores, passarinhos, macacos, porco-do-mato, Gamos e antílopes; com tacapes, lanças, arco-e-flecha e toda sorte de armadilhas. Animais maiores, que é o caso do elefante, exigiam grupos e técnicas mais sofisticadas:

“Uma aldeia inteira podia ir à matança de elefantes, que encurralavam e drogavam, antes que os caçadores contra eles atirassem, do alto das árvores. Pois a tarefa de enfrentar os grandes animais — o elefante, o leopardo, o búfalo, o rinoceronte, a pantera, o leão — cabia a um pequeno grupo de homens que exerciam primordialmente a caça e que gozavam de imenso prestígio, pela coragem pessoal, pela habilidade no uso das armas, pela intimidade com a natureza, pelo conhecimento das manhas dos animais, pela ciência que tinham das ervas curativas e do fechamento de corpo.” (SILVA, 2006. P. 47).

Assim, as interações com a flora e a fauna se complementam, mostrando mais uma vez o quanto a natureza é essencial para as relações culturais e sociais. Há pelo menos dois momentos em que Almada nos demonstra caças a elefantes e estas não estão relacionadas apenas à alimentação, mas também e, principalmente, pelos marfins e sua importância comercial e cultural. Ao escrever sobre o Reino dos Buramos, Almada conta as técnicas de caça aos elefantes dos negros casangas:

Os Casangas os matão por differente maneira. Tendo sabido onde está alguma arvore com o fructo que elles comem, fazem em cima delia huma estancia segura de páos, onde se põem o caçador; e tem em cima hum madeiro de dez palmos de comprido, de bom pezo, da grossura de duas mãos juntas, o qual tem em huma ponta hum buraco segundo a grossura do ferro que ali mettem, que he hum ferro de comprimento de palmo e meio, n'huma das pontas de largo de dous dedos, e a outra roliça; e o roliço mettem no buraco do madeiro. He o ferro hervado. (p. 50).

Assim, estes indivíduos subiam em árvores e esperavam os elefantes se alimentarem dos frutos caídos, acertavam-lhes com a lança e o ferro “hervado”, ficava preso ao machucado. Devido ao veneno o animalia perdendo as forças e posteriormente acabava por morrer. Os caçadores seguiriam o rastro deste elefante até achá-lo morto. A parte da carne ferida pelo ferro era retirada e o restante essa carne era distribuída entre eles e “[...] logo o faz a saber aos officiaes d'el-Rei para o qual dão as mãos e os pés e a tromba.” (p. 50)

O outro momento de caça ao elefante seria relacionado ao povo dos naluns, fato que seria tão espantoso para Almada que ele afirma que os seus leitores nem acreditaram:

“E nesta terra se matão muitos elefantes, e quasi que duvido a dizer o modo como se matão. porque duvidarão os que o lerem facão o que quizerem; he verdade e por isso o digo. Estes negros, não sei porque arte, se mettem debaixo dos elefantes com humas azagaias muito largas e grandes , e mettendo-se dão-lhes com aquella arma hume e as mais vezes que podem, e acolhem-se. Começa o elefante de correr a hume e a outra parte, e vão-lhe cahindo as tripas delgadas, e com as mãos e pés as vai trilhando e quebrando até que morre. Vai o negro pelo rasto do sangue dar com elle morto. Desfazem-o; dão ao rei o que tem d'ali , que são as mãos e pés e a tromba; o mais comem elles. Perguntando algumas vezes a alguns negros como se mettem debaixo daquelle animal tamanho e tão espantoso, respondião que comião mezinha para isso. Seja como fôr, elles o fazem.” (p.68)

Neste trecho, por mais que não haja a menção ao uso de ervas tóxicas para a caça do elefante, retoma alguns aspectos culturais. Assim como os casangas, os naluns também davam parte do elefante, especificamente mão, pés e trombas, para os seus ‘reis’. Além disso, neste trecho, é interessante ressaltar sobre “comer mezinha”, a qual daria poder e/ou coragem para fazer tamanha façanha.

Com estes exemplos de flechas e ferros “hervados” e usos de plantas tóxicas como técnicas de guerra e caça, percebemos o quanto a flora tem efeitos além da alimentação e do comércio. Do ponto de vista botânico, conseguir determinar quais seriam as espécies destas plantas é difícil, Almada não se refere às plantas em si, somente à peçonha, não citando seus nomes populares como em outros casos.

Entretanto, como aproximação, é possível levar em conta estudos sobre a mesma área geográfica. Conforme Flecha... (2012), os venenos de flechas africanos seriam feitos por plantas que contém glicosídeos cardíacos, tais como *Acokanthera*, *Adelfas*, *algodoncillo*, o *Strophanthus* - todos que são da família Apocynacea. Conforme Carney & Marín (2003),

plantas africanas tóxicas teriam sido levadas também para as Américas e continuaram sendo usadas pelos cativos escravizados, dentre estas plantas ela cita a *Strychnos* spp, considerada um grupo utilizados como fonte de veneno em toda a costa do atlântico africano.

Além destes usos de venenos, pode-se citar outro, que é o caso da Água Vermelha. A Água vermelha é um ritual, um julgamento, em que os acusados a bebem: aqueles que sobrevivem, são absolvidos. Tais eram praticados pelos jalofos, barbamins, casangas, banhuns e beafares (p. 21, 41, 48, 58).

Conforme Saive(2005), a justiça na região seria baseada em ordálios, tais quais são descritos por Almada. Nestes, os acusados se submetem a testes físicos que provarão sua inocência e, em caso de dúvidas: “Quando o caso he duvidoso, e não ha testemunhas, usão de dous juramentos horrendos, e o tomão autor e reo. A hum chamão do ferro, e o outro o da agoa. Tenho os ambos por mui difficultosos.” (p. 21). O julgamento do ferro consiste num ferro em brasa colocado em contato com a pele. O da água equivale a retirar três vezes um objeto de dentro da água fervente: aqueles que não se queimam, provam por este modo sua inocência.

O juramento da água vermelha é temível e diferente dos anteriores, que infligem dor física pelas queimaduras. Neste caso tratava-se de uma toxina letal. Conforme Havik (2008), o juramento com água vermelha era feita com a casca de mancône (*Erithropleum guineensis*) para identificar feiticeiros é já referido em relatos de viagens do século XVI, como no caso do d’Almada. Entretanto, o nome popular de mancône, segundo Neuwinger (1996), é usado também para a espécie *Erithropleum suaveolens*, igualmente com propriedades tóxicas e de uso comum entre as populações africanas.

“Chama-se este Juramento o da agoa vermelha, que elles teme/n muito; a qual trazem,quando se dá, em huma panela, e a agoa he em si vermelha, com cortiças pizadas de algumas arvores desfeitas em agoa, ou que tenham sumo que baste para este mister.”(p. 41)

O resultado do julgamento teria por fim determinar a culpa do acusado, que morreria logo ao ingerir a água, mas ficaria ileso em caso de inocência. Almada apresenta este julgamento com bastante preconceito, logo tirando o crédito que ele teria sobre ser realmente revelador e mostrando a trapaça que estaria por detrás desta:

“E esta agoa dão ás partes, e aquelle que primeiro vomita fica livre. Muitos morrem tomando esta agoa, e são aquellas pessoas que quer o Rei que morrão se são ricas; e tem este ardil. Dá aviso a quem dá o juramento que não escape

de morrer tal pessoa ou tal. Traz este, que dá esta agoa, no dedo polegar huma peçonha muito fina que despacha em poucas horas, e vai dando esta agoa primeiro aquellas pessoas que não querem que morrão, por não terem que tomar e herdar dellas por serem pobres: e indo, tanto que chega ás pessoas que lhe tem dito Rei que não escapem, as quaes sempre ficão depois das outras tomarem, e, querendo dar-lhes a agoa, mette o dedo da peçonha dentro delia, e em mettendo diz ao outro que a tome. E fica a agoa tão peçonhenta que morrem em poucas horas, e ficão homicidas e condemnados em perdimento dos bens; e ha casos por onde as gerações ficão captivas do Rei se vendem. Parece que he esta agoa em si asquerosa; causa vómitos”. (p. 41)

Assim, demonstra práticas culturais relacionadas aos julgamentos e penalidades. Os culpados além de morrer pelo juramento rendem ao governante local seus bens e até familiares. Conforme Saive (2005) é difícil explicar porque algumas pessoas morreriam e outras não ao beber a água vermelha e que é provável que o ‘feiticeiro’ responsável pelo juramento poderia determinar a quantidade de toxina. Entretanto, o olhar preconceituoso de Almada não se sustenta, no sentido de que “Em princípio, esta maneira de fazer justiça não se diferencia muito da maneira europeia quando pensamos nas práticas da Inquisição. Mas para o homem renascentista {no caso Almada} os ritos dos africanos não tinham comparação na Europa.” (SAIVE, 2005, p. 48).

No *Tratado Breve* são estes os momentos e formas em que aparecem o uso de plantas tóxicas pelas populações dos rios da Guiné. Determinar quais seriam as espécies de plantas utilizadas, como comentado anteriormente, é muito difícil. Todavia é possível, sim, se aproximar de espécies prováveis, como o uso das da família Apocynacea, das espécies *Strychnos* spp e *Erithropleum* spp. No anexo 2 segue a tabela destas plantas.

3.2 PLANTAS BIOATIVAS MEDICINAIS

O trabalho apresentado tratou de diversos recursos botânicos utilizados pelos povos africanos mencionados, assim, concluiremos com plantas medicinais e os indivíduos que possuem os conhecimentos sobre elas. As plantas medicinais estão amplamente ligadas com o que chamamos de medicina tradicional e as religiões e crenças próprias de cada população. O uso das propriedades curativas delas está sempre carregado de outros simbolismos culturais.

O conceito de medicina tradicional é bastante complexo, mas leva em conta as diversidades e heterogeneidade das práticas terapêuticas inscritas em suas determinadas ordens sociais. Segundo Menezes (2002), o conjunto heteróclito de práticas e saberes da

medicina tradicional são delimitados negativamente nos discursos ocidentais, que o concebe de modo preconceituoso, reduzindo esses conhecimentos a práticas obscurantistas, superstições, a saberes superficiais e de índole folclórica. Isto não deixa de demonstrar os processos de colonização dos conhecimentos, no sentido de que interessava aos portugueses demonstrar o caráter inferior do Outro, justificando assim a colonização.

Todavia, aqueles indivíduos que permanecem em territórios africanos, a falta de médicos e profissionais que possuíssem os conhecimentos ‘ocidentais’, tem-se a necessidade de encontrar a cura para suas doenças. Assim, não era raro que os próprios colonos consultassem terapeutas locais para resolver seus problemas de saúde, obter remédios e, inclusive, solucionar outros problemas da vida quotidiana, como a falta de sorte, as mortes súbitas, os problemas familiares, financeiros e no trabalho (MENEZES, 2002).

A doença e a cura também esbarravam em preconceitos provenientes da religião católica. Para os portugueses, a doença era normalmente explicada pela ação dos demônios e pelos feitiços. É por isso que Almadaem vários momentos elogia as plantas e suas propriedades curativas, não poupando críticas e comentários negativos em relação aos rituais em que estas eram empregadas.

Estes preconceitos aparecem principalmente pelo fato da cura e da medicina tradicional estarem mescladas em vários aspectos da vida social: "neste sentido, elas obrigam a um redimensionar do conceito de “doença”, de “mal”, que ultrapassa a categoria de infelicidade, se traduz em aspectos de ordem cognitiva, simbólica, institucional próprios a esta sociedade." (MENESES, 2002, p.31) Assim, os indivíduos e/ou instituições encarregadas de "curar" são simultaneamente religiosas, políticas e terapêuticas.

Os grupos envolvidos com as práticas de cura que detinham importante papel político e social eram chamados de *bixirins* e *cacizes*. Segundo Santos (2011), o termo *caciz* é de proveniência árabe e designa sacerdote; também o termo *bixirim*, ou *bexerim*, tem origem árabe e era usado para determinar os sacerdotes predadores do Islã. Este fato revela que contatos com as religiões islâmicas são anteriores aos primeiros contatos dos portugueses nesta região. Conforme a autora, estes *cacizes* e *bixirins* seriam detentores de privilégios comerciais nas áreas em que os portugueses não tinham "pois os religiosos mandingas estavam inseridos nas estruturas políticas e econômicas locais e gozavam, como chefes religiosos, de permissão e de segurança para circular por todo o sertão." (p. 194).

No *Tratado breve*, muitos chefes locais recebem também o título também de *bixirim* e muitas vezes ambos títulos de *caciz* e *bixirim* estão associados. Logo no início do relato, ao contar o caso do Grão-Fulo e a forma como se deu o início das heranças por matrilinearidade,

chega em um dos personagens - um *caciz* jalofo que chamariam naquelas partes por *bixirim*: “E estando o rei retraindo pela causa desta enfermidade, soube que d'ahi a poucas jornadas estava hum Caciz Jalofo, chamado naquellas partes bixirim, vindo ali ter de pouco tempo, tido e havido por homem de boa vida, e que fazia mui ricas curas com hervas e outras cousas.” (p. 5)

Os preceitos islâmicos distinguiam os *bixirins* e *cacizes*, pois Almada informa que eles não tomavam vinho e nem comiam carne de porco, conforme exige o Alcorão:

“Estes Jalofos e Mandingas não comem carne de porco, e alguns não bebem do nosso vinho, principalmente os Cacizes, que são os Bixirins, dos quaes ha em muita abundância nestas partes, e mettem em cabeça aos outros muitas cousas, e dizem muitas mentiras. Ha alguns Bixirins destes, que contão os mezes como nós contamos, nos quaes tem o povo grande devoção e dão muito credito ao que elles dizem: e fazem muitas nominas que dão aos do povo, nas quaes tem muita confiança e esperança.” (p. 13)

As informações confirmam a importância social destes indivíduos e os preconceitos relacionados às suas práticas religiosas. Nesta e em outras passagens, percebe-se o termo relacionado com cargos de poder político, social e comercial e sua ligação com religiões islâmicas. No mesmo capítulo cita: “Succeceu neste reino o Rei chamado Budumel Bixirim” (p. 14);e “O Rei que succedeu ao Budumel por sua morte He sera filho chamado Amad-Malique [...]. He tão máo como seu pai, porque he Bixirim; não bebe vinho nem come carne de porco, e faz salas como os mouros [...]” (p.16); e também no décimo primeiro capítulo: “ha muitos Mandingas Cacizes entre estes Beafares” (p. 62). Diogo Köpke, em notas da publicação do documento de Almada, explica o que seriam estes indivíduos: “Os Bixirins são negros convertidos ao Mahonietanismo, e revestidos do caracter sacerdotal. Sabem escrever e são lidos no Alcorão, [...]” (p.100).

Além dos *bixirins*, Almada pontua sobre os *jabacouces*, outros indivíduos responsáveis por curas e magias. "*Jambacouse* é uma palavra crioula extensamente usada na região dos rios da Guiné para designar os sacerdotes tradicionais, cuja principal função era identificar os feiticeiros e comedores de alma que provocavam doenças e mortes (SANTOS, 2011, p. 191). Assim estes *jabacouces* estão ligados com as religiões próprias da região. Conforme Carreira(*apud* Santos,2012), essa designação teria sido usada para identificar ‘mágicos’ e adivinhos, ou seja, os evocadores e invocadores de espíritos de antepassados, de deuses e de gênios. Diogo Köpke, na mesma nota referida anteriormente diz : “Os *Jabácouces* [...] são advinhadores, do rito gentílico destes negros, e não mahometanos”. (p.100).

A religião africana, segundo Saive (2005) é complexa no sentido de que, diferente das religiões ocidentais ou islâmicas, não existiria um mundo fixo e todos os aspectos deste mundo influenciam o cosmos. "Os feiticeiros servem para explicar elementos naturais e certas situações misteriosas, são portadores de mensagens que vêm do cosmos. Tinham uma grande influência na sociedade e ajudavam a explicar as tensões sociais. Os feitiços eram objectos com uma força protectora." (SAIVE, 2005, p. 50).

Como comentado anteriormente, os indivíduos que estão encarregados de curar, vão além do aspecto da medicina tradicional, ocupando espaços políticos e sociais. A eficácia de suas curas, conforme Meneses (2002) é subordinada a várias competências e funções, entre elas: adivinhação, proteção e prevenção, cura, executor de culto e de cerimônias, etc. Tal eficácia, segunda a autora, será sempre ambivalente. Por participar destas outras competências estabelece ligações ou conivências com as instâncias que regem as relações sociais :

"Assim, interpretar e curar uma “doença” pode significar exactamente o seu oposto (caso dos roubos e seu encobrimento, influências em casos de decisão em tribunal, etc.), pois significa que o terapeuta pode também causar problemas a outrém, e que é necessária força e protecção para não se ser vítima de instâncias ancestrais que conduziram ao mal. É certo que existem personagens que apenas curam [...] com plantas; mas mesmo estes não estão separados dos poderes tutelares, das relações de forças evocadas superiormente. Detendo um poder adquirido por “herança espiritual” e/ou por aprendizagem, este poder saber depende, para ser eficaz, de um poder ou das marcas simbólicas ligadas a estes forças. (MENESES, 2002, P.32)

Almada menciona por vezes os poderes e atributos dos Jabacouces quando descreve os costumes dos povos jalofos:

“Ha outros negros entre elles que servem de adivinhadores, a que chamão Jabacouces. Estes, quando adoeece algum, o vão a visitar como medico, mas não tomão o pulso aos enfermos nem lhes applicão mezinhas nenhuma; somente dizem que as feiticeiras e feiticeiros fizerão mal áquelle enfermo, não lhes parecendo que as pessoas morrem quando a hora he chegada e Deos servido, senão que os feiticeiros as comem; e fazem sobre isto muita diligencia.”(p. 13)

Estes homens aparecem desempenhando o papel de adivinhos, capazes de interrogar os mortos e identificar quem os matou (p. 18, 42). Confirma-se deste modo a interpretação de Santos (2011) de que eles seriam homens com responsabilidades de julgar casos de feitiçarias, curar enfermos, fazer cerimônias e adivinhações. Além disso, *bixirins*, *cacizes* e *jabacouces*

desempenhavam funções determinantes para que se possa compreender o uso de plantas medicinais, em especial os curandeiros especialistas no uso de ervas, chamados *hervorários*: “que fazem com hervas mui altíssimas curas, curando a leprosos e outras enfermidades graves” (p. 13).

São poucos os momentos em que Almada dá importância para plantas medicinais. São referidas, especificamente, apenas os casos da cana-fístula, da noz de cola e do manépulo.

A cana-fístula aparece no quarto capítulo, entre os costumes das populações do Reino de Borçalo. Sua raiz seria usada para problemas digestivos: “Usão das raízes das canas-fistuleiras para as enfermidades da barriga” (p. 25). E dentre os mantimentos dos mandingas, há muita desta mesma planta (p. 36).

Já o manépulo, citado entre os costumes dos beafares, seria um fruto amarelo, do tamanho aproximado de uma ameixa, com propriedades medicinais sobre o sistema sanguíneo, podendo ser usado como xarope. A árvore que dá este fruto também é medicinal, suas folhas cozidas serviriam para banhar enfermos:

“e hum fructo a que chamão Manéculos, que são amarellos, e do tamanho de amexas e maiores; cheirão bem, são medicinaes, applicão o sangue. Dá-se açúcar desfeito em agoa com estes Manéculos em lugar de enxaropes. As arvores que dão este fructo são grandes, mas o páo em si he muito molle e tem o cortiço grosso e duro. As folhas destas arvores são medicinaes; cosidas em agoa servem de dar banhos aos enfermos.”(p. 66)

A planta medicinal de maior destaque no *Tratado breve* é a noz de cola. Seu uso não tinha apenas valor medicinal, mas também estava cercado de significados religiosos e de valor comercial. Já na primeira menção a essa especiaria Almada reconhece sua importância no comércio local:

“e entre todas a mais estimada he a cola, fructo, que se dá na Serra Leoa e seus limites, e vale tanto neste rio que dão tudo a troco delia assim mantimentos como roupa, escravos, e ouro; e he tão estimada que a levão ate o reino do Gran-Fulo, onde vale muito e assim nos mais rios do nosso Guiné.” (p. 30)

Posteriormente a descreve melhor, citando novamente como é valiosa em toda a Guiné e que os povos que mais lhe dão valor são os povos do Reino dos mandingas, jalofos, beafares, casangas e banhuns. A cola traria maior resistência física além de ter propriedades medicinais para o fígado, para o sistema urinário e para dores de cabeça:

“A cola de que já tratamos vai em todo Guiné; mas neste Rio he mais estimada que em todos os outros. Uzão estes negros delia como na nossa índia do Betele; porque com a cola, que he como huma castanha, caminha hum negro todo o nia, comendo nella e bebendo da agoa , e tem-a por medicinal para o fígado e o ourinar. Uzamos delia para o mesmo effeito , mas os negros fazem muito mais conta delia do que nós fazemos , e tendo dor de cabeça a mastigão e untão as fontes com o seu bagaço. Tem-se de hum anno para o outro e mais tempo , se as quizerem ter, enfolhadas com as folhas largasse humas arvores , que chamão Cabopas. Quer Deos que não haja desta fructa n'outro Guiné senão no limite da Serra Leoa , que tivesse a valia que tem para remédio de muitos; e forão sementeas nos outros rios mas jamais frutificarão.” (p. 35)

A árvore da cola, quando plantada noutros lugares, jamais dava frutos. Daí ser tão apreciada e valorizada, o que a tornava a principal mercadoria no reino dos Buramos (p. 52), entre os beafares e entre os sapes de Serra Leoa (pp. 67-68, 78).

Esta noz de cola provavelmente é das espécies *Cola acuminata* e *C. nitida*. Conforme Carney (2003), ao estudar as plantas introduzidas na América pelos cativos escravizados, comenta: “other African introduction include [...] the kola nut (*C. acuminata*, *C. nitida*), a non-alcoholic stimulant with medicinal properties that was especially value by muslim slaves.” (CARNEY, 2003, p. 180). Diogo Köpke, em nota, se refere à cola como sendo da *Sterculia acuminata* (p. 103). Entretanto, definir a espécie exata da noz de cola referida por Almada se torna impossível, no sentido de que, conforme Lovejoy (1980), há um grande número de variedades da cola na região da África ocidental, entre elas a *C. acuminata*, *C. verticillata* e *C. anomala*: “Other varieties of kola, less widely distributed and prestigious {que a *C. nitida*}, had similar physiological effects” (LOVEJOY, 1980, p. 97)

A partir de Almada podemos afirmar que no século XVI os Portugueses já faziam comércio de cola entre as regiões da Serra Leoa e os rios do Norte da Senegâmbia e também que as populações da região já tinham suas próprias rotas comerciais deste produto, anteriormente à chegada destes portugueses.

“O tráfico da noz de cola no comércio dos grandes impérios da África Ocidental (no Sudão Ocidental e no Sudão central e África Central) era de grande importância e os portugueses, desde cedo, se aperceberam que podiam entrar no circuito, dadas as facilidades que tinham de transporte, beneficiando dos lucros que daí advinham.” (PIMENTEL, 2014, p. 3)

São poucas as plantas propriamente medicinais citadas por Almada, mas a presença em sua obra demonstra o quanto estas características próprias e estes conhecimentos endógenos são importantes para estas populações. Sem valor precisamente econômico, tanto as plantas bioativas medicinais quanto as plantas bioativas tóxicas, assumem caráter exótico,

espantoso e, por isso, acabam nos fornecendo testemunho único e essencial para compreender estas relações etnobotânicas próprias destas populações guineenses.

A listagem de plantas bioativas encontra-se no anexo 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou estabelecer as relações etnobotânicas das populações guineenses descritas e comentadas por André Alvares de Almada. O uso do conceito de etnobotânica numa perspectiva histórica foi essencial para poder compreender aspectos únicos destas populações.

O discurso científico ocidental é excludente para os saberes tradicionais. Pensar o conceito de etnobotânica histórica, não deixa de ser uma forma de retornar a importância destas relações com o meio, no caso com a flora, para compreender e complexificar as culturas não-ocidentais. Valorizar os saberes próprios é estimular o reconhecimento atual sobre a África, demonstrando os protagonismos africanos nas relações com os europeus.

As análises feitas neste trabalho buscaram, neste sentido, devolver o protagonismo destas populações no início dos contatos com os portugueses na região da Guiné. Perceber as plantas que Almada demonstra interesse é possibilitar os estudos sobre as plantas autóctones africanas que vão assumir papel importante na produção ocidental, como o caso do arroz e da palma.

Conjuntamente, os estudos sobre as plantas bioativas, medicinais e tóxicas, permitem conhecermos novos e diferenciados aspectos sobre estas populações, além de possibilitar futuros mapeamentos das plantas bioativas que aparecem neste testemunho de meados do século XVI. Compreendeu-se que o uso das plantas bioativas perpassam as categorias sociais em vários níveis, demonstrando a força e a importância destes conhecimentos dentro destas sociedades.

Deste modo a presente pesquisa se apresenta como um facilitador de novos estudos sobre o assunto de etnobotânica e também complementar para compreender estas sociedades. Os catálogos pretendem auxiliar futuros estudos sobre a obra *Tratado Breve*, deixando margem para aprofundá-los.

Os catálogos e breves descrições servem com facilitadores para os assuntos do uso da flora pelos povos negro-africanos citados na obra, entre eles: alimentação, cura, guerra e comércio. Além disso, favorece buscas e identificações para correlacionar estas plantas com outros documentos e seus usos históricos e contemporâneos. Dessarte, a presente pesquisa buscou defender o protagonismo africano numa perspectiva etnobotânica histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte Primária

ALMADA, André Alvares de. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde**: desde o Rio Sanagá até aos baixios de Sant'anna. 1594. 150 p. Publicado por Diogo Kopke. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841. Disponível em: <<https://archive.org/details/tratadobrevedoss00alma>>. Acesso em: 23 maio.2014

Bibliografia

ALEXIADES, Miguel. **Selected guidelines for ethnobotanical research**: a field manual. New York: New York Botanical Garden. 1996.

ALVES, Carmen Almeida; FONSECA, Antônio Ângelo Martins; BESKOW, Paulo Roberto. Desenvolvimento Endógeno: Uma Nova Perspectiva de Pensar Movimento Social e Participação. **Agroecologia em Rede**, São Carlos, 2009. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=733>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BARRETO, Luís Filipe. A Aculturação Portuguesa na Expansão e o Luso-Tropicalismo. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro de (Org.). **Portugal**: Percursos de interculturalidade. Lisboa: Acidi, 2008. Cap. 9. p. 477-504. (Volume I - Raízes e Estruturas).

BARROS, José Costa D' Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p.1-29, jul/dez, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewArticle/953>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BERMÚDEZ, Alexis; OLIVEIRA-MIRANDA, María A.; VELÁZQUEZ, Dilia. La investigación etnobotánica sobre plantas medicinales: Una revisión de sus objetivos y

enfoques actuales. **Interciência**, Caracas, v. 30, n. 8, p.453-459, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/339/33910703.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

CARNEY, Judith A..African Traditional plant knowledge in the Circum-Caribbean Region. **Journal Of Ethnobiology**. Los Angeles, p. 167-185. fev. 2003.

CARNEY, Judith; MARÍN, Rosa Acevedo. Plantas de la Diáspora Africana em La botánica americana dela fase Colonial. **Memoria e Sociedad**, Bogotá, n. 15, p.9-23, nov. 2003. Traducción del Português: Casar Torres Del Río.

DELGADO, José Pina. Os Escrúpulos de um ilustre santiaguense nos ‘tractos’ da Guiné dos Séculos XVI-XVII: O Capitão André Álvares D’Almada e a questão da incerteza sobre a presença dos Títulos Jurídicos da Escravatura. **Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Iscjs**, Lisboa, p.79-125, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3326/1/AlmadaeaIncertezasobreaPresençadosTítulosJurídicosdaEscravatura-JoséPinaDelgado.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

DINIZ, Maria Adélia et al. Contribuição para o conhecimento de Plantas Medicinais de Guiné-Bissau. **Portugaliae: Acta biológica**, Lisboa, v. 19, p.417-427, 2000.

EATON, David L.; GILBERT, Steven G..Principles of toxicology. In: KLAASSEN, Curtis D. (Ed.). **Casarett and Doull's Toxicology: The basica Science of Poisons**. 7. ed. Kansas: Mcgraw-hill Ebooks, 2008. Cap. 1. p. 11-44. Disponível em: <<https://ilmufarmasis.files.wordpress.com/2011/07/casarett-and-doulls-toxicology-the-basic-science-of-poisons7th-ed.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

ECHEVARRIA, Aurea et al. Plantas medicinais: A necessidade de estudos multidisciplinares. **Química Nova**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p.429-438, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000300016>. Acesso em: 04 set. 2014.

FERNANDES, Raul Mendes. André d’Almada: Um certo olhar “renascentista”. **O Cabo dos Trabalhos: Pós-colonialismos e Cidadania Global**, Coimbra, v. 2, p.1-28, set. 2006. Anual.

Revista Electrónica do Programa de Doutoramento Pós- Colonialismos e Cidadania Global. Disponível em: <http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n2/documentos/2006_raul_fernandes_andre_dalmada.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

FLECHA envenenada: Variedades. 2012. Disponível em: <http://centrodeartigo.com/articulos-noticias-consejos/article_129425.html>. Acesso em: 12 out. 2014.

GALLO, Michael A..History of Toxicology. In: KLAASSEN, Curtis D. (Ed.). **Casarett and Doull's Toxicology: The basic Science of Poisons**. 7. ed. Kansas: Mcgraw-hill Ebooks, 2008. Cap. 1. p. 3-11. Disponível em: <<https://ilmufarmasis.files.wordpress.com/2011/07/casarett-and-doulls-toxicology-the-basic-science-of-poisons7th-ed.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.

GORDIN, Mara Huebra de Oliveira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Cadeia produtiva e desenvolvimento local: O caso da carne de frango no Mato Grosso do Sul**. 2006. Arquivos do colóquio da UCBD. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/mara.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

HAVIK, Philip J. “Veneráveis representantes da vegetação tropical”: médicos, curandeiros e fitoterapias na Guiné Portuguesa (sécs. XIX-XX). In: **Workshop Plantas Medicinais e Fitoterapêuticas nos Trópicos**, 2008, Lisboa. *Actas*. Lisboa: IICT. 2008. Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/P_Havik_wrkshp_plts_medic.pdf. Acesso em: 6 out. 2014. 2008.

HILGERT, Norma. La Etnobotánica como Herramienta para el estudio de los Sistemas de Clasificación Tradicionales.. In: CONTRERAS-RAMOS, Atilanoetal (Ed.). **La sistemática, base Del conocimiento de labiodiversidad**. México: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, 2007. Cap. 10. p. 103-111. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/7996116/10-La-etnobotanica-como-herramienta-para-el-estudio-de-los-sistemas-de-clasificacion-tradicionales>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

HORTA, José da Silva. A “**Guiné do Cabo Verde**” produção textual e representações (1578-1484). 2010. 577 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

HOUNTONDJI, Paulin. **Les Savoirs Endogènes**: Pistes pour une Recherche. Paris, CODESRIA/Karthala, 1994.

HUPPES, Cristiane Mallmann; LOPES, António Carlos Vaz; HUPPES, Ricardo Mallmann. Políticas públicas na perspectiva do Desenvolvimento Local Endógeno: O exemplo do caso Fonte Nova. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Desenvolvimento Rural, Territorial e regional**, Campo Grande/MS, v. 48, n. 1, p.1-21, jul. 2010. Anual. APRESENTACAO ORAL. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/15/799.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014

HURRELL, Julio A.. Las posibilidades de La etnobotánica y um nuevo enfoque a partir de laecología y supropuesta cibernética. **Revista Española de Antropología Americana**, Madrid, v. , n. 1, p.235-257, 1987. Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: <<http://bddoc.csic.es:8080/detalles.html?tabla=docu&bd=ANTROPO&id=151123>>. Acesso em: 26 jun. 2014

KANDJIMBO, Luís. **O endógeno e o universal na literatura angolana**. 2014. Publicado por Elena Vegatxu. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/177619221/SEMINARPAR-Angola-Endogeno-e-Exogeno>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 1990. Cap. 11. p. 462-476. Obra digitalizada pelo grupo Digital Source. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

LINARES, Olga F.. Africanrice (Oryza glaberrima): Historyand future potential. **PNAS**, Balboa-ancon, Panama, v. 99, n. 25, p.16360-16365, 10 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/99/25/16360.full>>. Acesso em: 24 set. 2014.

LOOMIS, Ted A.; HAYES, A. Wallace. **Loomis's Essentials of Toxicology**. 4. ed. Seattle: Academic Press, 1996. 282 p. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/book/9780124556256>>. Acesso em: 26 set. 2014.

LOPES, Calos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, Bahia, v. 32, n. 1, p.9-28, 2005. Disponível em: <http://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/08_art_v1n2>. Acesso em: 23 jun. 2014

LOVEJOY, Paul E. Kola in the History of West Africa. **Cahiers D'études Africaines**, v. 20, n. 77-78, p.97-134, 1980.

MENESES, Maria Paula G.. **Medicina Tradicional, Biodiversidade e Conhecimentos rivais em Moçambique**. 2002. Artigo participativo do projecto CES/Mac Arthur “Reinventar a Emancipação Social”. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/saberes.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

NEUWINGER, Hans Dieter. **African Ethnobotany: Poisons and Drugs: Chemistry, Pharmacology, Toxicology**. Bundes republik Deutchland: Crc Press, 1996. 941 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=_j8ueEmakDOC&hl=pt-BR>. Acesso em: 14 jun. 2014.

OLIVER-BEVER, Bep. **Medicinal Plants in Tropical West Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 375 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=e1I9AAAAIAAJ&dq=strychnos+spp&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 14 set. 2014.

PATZLAFF, Rubia Graciela; PEIXOTO, Ariane Luna. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan/mar, 2009, p.237-246.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina, v. 114, n. 1, p.179-195, nov. 2001

PIMENTEL, Maria do Rosário. **A noz de cola, um fruto simbólico**. 2014. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

RODRIGUES, J. S. Camejo. Estudo Etnobotânico das plantas aromáticas e medicinais. **Curso Teórico-prático: Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais**, Ramalhal, v. 8, n. 57, p.168-174, 2009

SAIVE, Denise. **A ‘verdadeira notícia’**: Descrição e ficção, prefigurações do discurso colonial na representação do negro em Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde de André Álvares d’Almada & Beschry vingheende historis chever hael van het Gout Koninckrijck van Gunea de Pieter de Marees. 2005. 101 f. Tese (Doutorado) –Curso of Humanities Theses, Departamento de Português, Universiteit Utrecht, Utreque, 2006. Disponível em: <<http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/8379>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 168 p. – (Coleção História &... reflexões, 10).

SANTOS, Beatriz Carvalho dos. Os escritos do Ultramar: O aporte do Olhar luso-africano nos relatos sobre a "guiné de cabo-verde"(séc. XVI e XVII). **Cultura Histórica & Patrimônio**, Alfenas, v. 18, n. 2, p.152-174, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unifal.mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/08_art_v1n2>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SANTO, J. Espírito. Algumas plantas tintoriais. **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, Portugal, v. 2, n. 5, p.1-2, 1947. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N005&p=1>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na costa da Guiné (século XVII). **Metis**, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p.187-214, ago. 2011. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1745>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SILVA, Alberto da Costa e. A paisagem e o homem. In: SILVA, Alberto da Costa e. **A ENXADA E A LANÇA: A África antes dos portugueses**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 19-56. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/52018126/a-enxada-e-a-lanca-cap-1>>. Acesso em: 03 out. 2014.

SILVA, Junior A. A. “Essentiaherba - Plantas bioativas”. Volume 1. Florianópolis: EPAGRI, 2003. 441p.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. 2001. Disponível em: <<http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Ed. UFRGS : Porto Alegre, 2001.

VIU, Alessandra F. M.; VIU, Marco Antônio de O.; CAMPOS, Letícia Z. O.. Etnobotânica: Uma Questão e Gênero?. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.138-147, 24 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/9525/6659>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (Org.). **O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 375-393.

ANEXOS

Tabela I: Relação de plantas com potencial alimentício e comercial.

Item Nome utilizado na obra (e provável nome científico)	Localização na Fonte	Povos e região relacionados	Outras informações
Arroz (<i>Oryza glaberrima</i>)	Cap. II. Pag. 12 Cap. III. Pag. 18 e 19 Cap. V. pag. 27 Cap. VI. Pag. 36 Cap. VII. Pag. 37 Cap. VIII. Pag. 42 e 43 Cap. IX. Pag. 46 e 50 Cap. X. Pag. 55 Cap. XII. Pag. 64 e 65 Cap. XIII. Pag. 72 Cap. XV. Pag. 76, 78 e 79 Cap. XVI. Pag. 85 Cap. XVII. Pag. 88	Jalofos de Budumel Barbacim Reino de Gambia - Mandingas Arriatas e Falupos Reino dos Buramos Bijagós Beafares Papeis Reinos dos Naluns, Bagas e Coquolins Sapes Sumbas (Manes)	Mantimento (para alimento e mercadoria). Resgate. Ritual à Lua. Ritual aos ídolos. Ritual a títulos de poder. Alimento junto ao canibalismo.
Amanganacho	Cap. XII. Pag. 64	Beafares	Fruto - Colheita coletiva.
Ameixas	Cap. XII. Pag. 66	Beafares	Fruto.
Bananas (<i>Musa spp</i>)	Cap. XV. Pag. 79 Cap. XIX. Pag. 93	Toda a terra	Fruto.
Cana-de-açúcar	Cap. VI. Pag. 32 Cap. XV. Pag. 78 e 79 Cap. XIX. Pag. 93	Rio de Gambia Sapes Toda a terra	Como possibilidade de plantio. Mantimento.
Chaveos	Cap. X. Pag. 56	Bijagós	Mantimento. Coquinhos de palmeira.
Cidras (<i>Citrus medica</i>)	Cap. XV. Pag. 79 Cap. XIX. Pag. 93	Sapes Toda a terra	Fruto.
Cravo (<i>Caryophyllus spp</i>)	Cap. V. Pag. 30 Cap. VIII. Pag. 44	Reino de Gambia Reino do Casamança	Mantimento.
Farrobas (<i>Ceratonia siliqua</i>)	Cap. IV. Pag. 25 Cap. XII. Pag. 66	Jalofos e Barbacins Beafares	Mantimento.
Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	Cap. II. Pag. 14 Cap. III. Pag. 18	Jalofos e Maningas	Mantimento.
Frutos agrestes/silvestres	Cap. VI. Pag. 36 Cap. X. Pag. 55	Mandingas Bijagós	Mantimento. Frutos.
Gergelim (<i>Sesamum indicum</i>)	Cap. II. Pag. 12 Cap. IX. Pag. 46	Jalofos Reino dos Buramos	Mantimento.

Inhames (<i>Colocasia esculenta</i>)	Cap. IX. Pag. 52 Cap. XI. Pag. 60	Balantas Beafares	Mantimento.
Laranjas (<i>Citru spp</i>)	Cap. XV. Pag. 79 Cap. XIX. Pag. 93	Sapes Toda a terra	Fruto.
Legumes	Cap. V. Pag. 27 Cap. XI. Pag. 60	Mandingas Beafares	Mantimento.
Limões (<i>Citrus spp</i>)	Cap. XV. Pag. 79 Cap. XIX. Pag. 93	Sapes Toda a terra	Fruto.
Maçans (<i>Malus spp</i>)	Cap. IV. Pag. 24.	Jalofos e Barbacins.	Fruto.
Macaras	Cap. X. Pag. 55	Bijagós	Mantimento.
Maçaroca (massaroca)	Cap. I. Pag. 8 Cap. II. Pag. 12 Cap. XII. Pag. 64	Jalofos “os nossos”	Farinha. Mantimentos.
Malagueta	Cap. XV. Pag. 78 Cap. XIX. Pag. 93	Sapes Toda a terra	
Mantubilhas	Cap. XV. Pag. 78	Sapes	
Milho (<i>Zea mays</i>)	Cap. II. Pag. 14 Cap. III. Pag. 18 Cap. V. Pag. 27 Cap. VIII. Pag. 43 Cap. X. Pag. 55 Cap. XI. Pag. 59 e 62 Cap. XII. Pag. 64 e 66 Cap. XV. Pag. 79 Cap. XVI. Pag. 85	Jalofos Barbacins Mandingas Casangas Bijagós Beafares Sapes Manes	Mantimento Vinho. Farinha.
Milho Branco	Cap. II. Pag. 12 Cap. XV. Pag. 78	Jalofos Sapes	Mantimento.
Mompatazes	Cap. II. Pag. 66	Beafares	Fruto.
Palma Palmeiras Palmares (<i>Elaeis guineenses</i>)	Cap. III. pag. 19 Cap. VII. Pag. 38 Cap. VIII. Pag. 42 e 43 Cap. IX. Pag. 51 Cap. X. Pag. 54 e 56 Cap. XII. Pag. 66 Cap. XV. Pag. 79 Cap. XIX. Pag. 93	Barbacins Casangas Falupos Reino dos Buramos Bijagós Beafares Sapes Toda a terra	Vinho (sura). Azeite. Coquinho (chaveos).
Sãobirão	Cap. III. Pag. 19 Cap. IV. Pag. 24.	Barbacins Jalofos e Barbacins	Vinho.
Tambacumba	Cap. IV. Pag. 24 e 25	Jalofos e Barbacins	Fruto.
Tambarinda/Tamarindas (<i>Tamarindus indica</i>)	Cap. IV. Pag. 25. Cap. VI. Pag. 36.	Jalofos e Barbacins Mandingas.	Fruto.

Tabela II: Relação de plantas com potencial têxtil, tintorial e comercial.

Item Nome utilizado na obra (e provável nome científico)	Localização na Fonte	Povos e região relacionados	Outras informações
Algodão (<i>Gossypium hirsutum</i>)	Cap. I. Pag. 7, 8 e 9 Cap. II. Pag. 12 Cap. III. Pag. 18 Cap. IV. Pag. 25 e 26 Cap. V. Pag. 27 Cap. VI. Pag. 36 Cap. VIII. Pag. 39 e 44 Cap. IX. Pag. 47, 50 e 52 Cap. XI. Pag. 59 Cap. XIII. Pag. 69 e 72 Cap. XIV. Pag. 73 Cap. XV. Pag. 78 Cap. XVI. Pag. 83 Cap. XIX. Pag. 93	Jalofos Barbacins Reino de Borçalo Reino de Gambia (dos Mandingas) Região do rio de Gambia Reino de Casamança Reino dos Buramos Terra dos Beafares Terras dos Bagas e Coquolins Rio da Furna Putazes e Souzos Terra dos Sapes Subas (Manes)	Roupas Panos Tecidos Comércio
Arvores como heras (folhas largas) (<i>Lonchocarpus cyanescens</i>)	Cap. XIII. Pag. 69 e 70.	Bagas e Coquolins (rio dos Nuno)	Cor de Anil
Cama (páo do Brasil)	Cap. XV. pag. 78	Sapes	Sete cores, parda a derradeira.
Folhas de Arvorezinha (<i>Indigofera</i> spp)	Cap. II. Pag. 12 Cap. III. Pag. 18	Jalofos Barbacins	Tinta cor de anil
Maroque	Cap. XIV. Pag. 73	Putazes	Palha para tintura
Polões (<i>Bombax ceiba</i>)	Cap. IV. Pag. 25	Jalofos e Barbacins	Algodão como Seda
Tintas	Cap. XIII. Pag. 71	Bagas (rio Furna)	

Tabela III: Relação de plantas bioativas tóxicas.

Item Nome utilizado na obra (e provável nome científico)	Localização na Fonte	Povos e região relacionados	Outras informações
Água Vermelha (<i>Erithropleum guineenses/suaveolens</i>)	Cap. VIII. Pag. 41 e 42 Cap. IX. Pag. 48 Cap. XI. Pag. 58	Casangas Banhuns Beafares	
Flechas hervadas	Cap. I. Pag. 9 e 10 Cap. V. Pag. 28 Cap. XI. Pag. 59	Jalofos Reino de Gambia Beafares	Herva cozida
Flechas hervadas	Cap. XVI. Pag. 83	Sumbas	'Leite' de árvore.
Ferro Hervado	Cap. IX. Pag. 50	Casangas	Caça
Peçonha no alimento	Cap. XVIII Pag. 89	Manes	

Tabela IV: Relação de plantas bioativas medicinais e seus utilizadores.

Item Nome utilizado na obra (e provável nome científico)	Localização na Fonte	Povos e região relacionados	Outras informações
Bixirim	Cap. I. Pag. 5 e 7 Cap. II. Pag. 13, 14 e 16 Cap. IV. Pag. 26 Cap. V. Pag. 29 Cap. XI. Pag. 61	Jalofos Mandingas Fulos Beafares	Caciz. Rei. Religiosos.
Caciz	Cap. I. Pag. 5 e 6 Cap. V. Pag. 29 Cap. VII. Pag. 40 Cap. XI. Pag. 62	Jalofos Fulos Reino de Casamança Mandingas	Bixirim.
Cana-fistula	Cap. IV. Pag. 25 Cap. VI. Pag. 36	Reino de Borçalo Mandingas	Raiz. Mantimentos.
Cola (<i>C. nítida</i> ; <i>C. acuminata</i> ; <i>C. verticillata</i> ; <i>C. anômala</i>)	Cap. V. Pag. 30 Cap. VI. Pag. 35 Cap. IX. Pag. 52 Cap. XII. Pag. 67 Cap. XV. Pag. 78 e 79	Reino de Gambia Mandingas Balantas Beafares Sapes	
Feiticeiros	Cap. II. Pag. 13 Cap. XIV. Pag. 74	Jalofos e Mandingas Sapes	
Jabacouces	Cap. II. Pag. 13 Cap. III. Pag. 18 Cap. VIII. Pag. 42	Jalofos e Mandingas Barbacins Casangas	Adivinhadores.
Manéculos	Cap. XII. Pag. 66	Beafares	Fruto e folha.
Negros hervorários	Cap. II. Pag. 13	Jalofos e Mandingas	Curas.